

Sumário

Número de notícias: 22 | Número de veículos: 19

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

O campeão da malha fina3

FOLHA ONLINE - SP
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Governo deve atrasar envio da regulamentação da reforma tributária (Reforma tributária)
.....6

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Governo deve afrouxar meta fiscal para 2025 8

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Governo deve apresentar hoje previsão de meta fiscal menor10

DIÁRIO DO GRANDE ABC - SANTO ANDRÉ - SP - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Fraudes e descontos indevidos têm vitimado os aposentados do INSS 11

FOLHA DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - OPINIÃO
SEGURIDADE SOCIAL

Uma mudança histórica na previdência complementar (Artigo)13

O LIBERAL - BELÉM - PA - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Harmonia - APOSENTADOS 14

FOLHA ONLINE - SP
SEGURIDADE SOCIAL

Regra para declarar pensão alimentícia no Imposto de Renda muda; veja o que fazer (Imposto de Renda)
..... 16

FOLHA ONLINE - SP
SEGURIDADE SOCIAL

Abono do PIS/Pasep é liberado; veja calendário e quem recebe (PIS/Pasep)20

TV GLOBO - DF - BOM DIA DF
SEGURIDADE SOCIAL

Saiba como suspender descontos indevidos no INSS22

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
SEGURIDADE SOCIAL

Trajetória dos déficits da Previdência volta a preocupar (Editorial) 23

O DIA - RIO DE JANEIRO - RJ - MUNDO
SERVIDOR PÚBLICO

Vale a pena fazer empréstimo para organizar a vida financeira? 25

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Crise não afeta reforma tributária27

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Congresso retoma discussão sobre cesta básica29

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Estudo mostra que menos da metade das empresas analisou impactos da reforma..... 31

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

O que é a grande transferência de riqueza, fenômeno que fabrica jovens bilionários pelo mundo
..... 33

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Empresas pressionam por créditos do IVA..... 39

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
ECONOMIA

Pacheco e governadores buscam proposta coletiva para dívidas..... 40

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Volatilidade nos mercados deve aumentar..... 42

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

O que acontece quando todo o mercado faz a mesma aposta..... 44

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - ECONOMIA
ECONOMIA

Por que o Dólar está mais alto?..... 45

EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - GANHE MAIS
ECONOMIA

Contratação de crédito aumenta, mas exige cautela..... 46

O campeão da malha fina

Erros ao declarar os gastos com saúde no Imposto de Renda foram os campeões de malha fina em 2023. Segundo a **Receita Federal**, dos 1,4 milhão de contribuintes que tiveram a declaração retida, 42,3% foram por deduções feitas com gastos médicos.

O principal motivo que leva à malha fina é que a dedução com despesas com saúde não tem limite de valor. Com isso, contribuintes acabam declarando gastos não previstos em lei ou valores fora dos que constam em documentos dos planos de saúde e recibos enviados por médicos aos fisco.

"A Receita vai atrás porque o gasto com saúde é dedutível da base de cálculo e esta diferença diminui o imposto a ser pago", explica Dilma Rodrigues, sócia da Attend Contabilidade. Com isso, o contribuinte pode aumentar a restituição ou diminuir o valor a ser pago ao fisco.

O prazo de entrega da declaração começou em 15 de março e vai até 31 de maio. Quem atrasar, terá de pagar uma multa mínima de R\$ 165,74, que pode chegar a 20% do imposto devido.

Maurício Tadeu de Luca Gonçalves, CEO da PartWork Associados e diretor da Federação dos Contabilistas do Estado de São Paulo (Fecontesp), alerta que uma quantia elevada de despesas médicas desperta a atenção da Receita. "Se os gastos médicos superam 40% das despesas tributáveis, quase com certeza a declaração vai cair na malha fina", diz Segundo os consultores ouvidos pela reportagem, a maioria dos casos de malha fina é motivada por uma despesa que não é permitida pela lei ou pela falta de comprovação do gasto, seja por parte de quem o informou ou por quem prestou o serviço.

A recomendação é que o contribuinte tenha as notas fiscais, recibos e também comprovantes de pagamento como Pix, extrato bancário, fatura do cartão de crédito ou canhoto da folha de cheque para justificar as despesas.

Os comprovantes ainda devem estar no nome do paciente, independentemente de quem pagou o valor. "Se na nota consta o nome do titular e o serviço foi para o dependente, o contribuinte precisa ligar para quem prestou o serviço e solicitar a checagem", afirma Rodrigues.

O titular também deve declarar o que foi gasto por ele e pelos dependentes em fichas diferentes.

"Esse é um dos pontos que mais dá malha fina, pois as pessoas costumam declarar tudo junto para uma única pessoa, normalmente o titular da declaração. Mas é preciso separar", destaca Gonçalves.

Ao mesmo tempo, o responsável pelo envio dos dados ao fisco precisa estar atento às regras sobre despesas.

Gastos com remédios, vacinas, testes contra covid-19, óculos, enfermeiros, nutricionistas e materiais cirúrgicos, por exemplo, são dedutíveis no IR apenas se forem incluídos na quitação de uma fatura hospitalar.

O contribuinte também tem de checar atentamente a declaração pré-preenchida, pois despesas médicas ausentes neste modelo não constam na base de dados da Receita e, possivelmente, elas não foram informadas ainda por quem prestou o serviço, seja o médico, o hospital ou o plano de saúde por meio da Declaração dos Serviços Médicos e da Saúde (Dmed).

"Se a despesa não foi informada [à Receita], o contribuinte deve preencher manualmente com os dados que têm no seu comprovante e, se houver tempo, procurar quem prestou o serviço para que ele faça essa inclusão", afirma Richard Domingos, diretor-executivo da Confirp Contabilidade (Da Folhapress).

SERVIÇO

QUAIS SÃO AS DESPESAS MÉDICAS DEDUTÍVEIS DO IMPOSTO DE RENDA?

Consultas e tratamentos com médicos, dentistas, psicólogos, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais e fonoaudiólogos.

Planos de saúde médicos e odontológicos.

Cirurgias e internações hospitalares.

Teste de covid-19, feitos em laboratórios de análises clínicas, hospitais e clínicas.

Seg uro- saúde Exames laboratoriais e radiológicos em clínicas ou laboratórios.

Aparelhos ortopédicos e próteses ortopédicas desde que sejam comprovados com receita médica ou integrem a conta da clínica ou do hospital.

Aparelhos dentários e próteses que substituem dentes, desde que comprovados com receita e nota fiscal em nome do beneficiário ou integrem o valor pago ao profissional ou clínica odontológica.

Colocação e manutenção de aparelho ortodôntico desde que a conta seja emitida pelo dentista.

Educação de pessoas com deficiência física ou mental comprovada por laudo médico e com pagamento feito a entidades voltadas a deficientes.

Internação de idosos em estabelecimento geriátrico, desde que o local atenda regras do Ministério da Saúde e tenha licença de funcionamento.

Cirurgia plástica, reparadora ou não, com o objetivo de prevenir, manter ou recuperar a saúde do paciente.

Marca-passo incluído na conta do hospital ou do profissional.

Lente intraocular colocada em cirurgia de catarata com a conta emitida pelo hospital ou médico.

Transfusão de sangue com pagamento feito a profissionais e empresas autorizadas.

Planos de saúde ou prestadoras de benefícios que realizam serviço de saúde domiciliar ou atendimento pré-hospitalar de urgência, como UTIs móveis.

Pagamentos a médicos e hospitais por serviços e exames para fertilização in vitro, mas só é dedutível na declaração da mulher, que é a paciente. A exceção é se ela constar como dependente de outro declarante.

ENTRAM COMO GASTO MÉDICO, MAS SÓ SE ESTIVER NA CONTA DO HOSPITAL OU CLÍNICA:

Remédios; Vacinas; Exames; Enfermeiros; Massagistas; Nutricionistas; Assistente social; Instrumentadores e materiais cirúrgicos.

QUAIS AS DESPESAS MÉDICAS QUE NÃO SÃO DEDUTÍVEIS NO IMPOSTO DE RENDA?

Remédios; vacinas; óculos e lentes de contato; reembolso pago por plano de saúde ou seguro-saúde; despesas de acompanhante em hospital; hospedagem e passagens para tratamento médico; pagamentos a enfermeiros, massagistas, nutricionistas, assistente social e cuidador de idosos.

Teste de covid-19 feito em farmácias ou autoteste; despesas de saúde com pessoas que não são dependentes ou não constam como alimentados;

prótese de silicone (só é dedutível se estiver na conta do hospital); instrumentador e material cirúrgico (só é dedutível se estiver na conta do hospital); Exame de DNA para comprovar paternidade.

Coleta, seleção e armazenagem de células-tronco, oriundas de cordão umbilical; internação hospitalar em residência (só é dedutível se estiver com fatura de hospital); reprodução assistida com "barriga de aluguel", mesmo com pagamento a hospitais ou médicos.

QUAL VALOR QUE POSSO DEDUZIR COM DESPESAS MÉDICAS?

Não há limite, mas depende de comprovação seja do dependente ou do titular.

COMO FAÇO PARA COMPROVAR OS GASTOS NO IMPOSTO DE RENDA?

Os comprovantes precisam ter o CPF do profissional, se possível o registro no conselho de classe, ou CNPJ do estabelecimento que recebeu o pagamento, além dos dados do beneficiário da despesa e a data de emissão. Alguns gastos exigem também laudo médico assinado.

Caso não tenha nota fiscal, é preciso ter a assinatura do prestador de serviço.

Na ausência desses documentos, a comprovação da informação pode ser feita com um comprovante de pagamento, como um cheque nominal. Se o pagamento foi emitido sem identificação do beneficiário, a Receita pressupõe que o declarante foi quem recebeu o tratamento. Se este procedimento não for feito e o gasto foi para um dependente ou alimentando, a declaração pode parar na malha fina.

COMO DECLARAR OS GASTOS MÉDICOS NO IR?

O pagamento deve ser declarado na ficha Pagamentos Efetuados.

Clique em Novo e selecione o código referente ao gasto, escolhendo se é plano de saúde, médico, clínica, dentista ou outro tipo de pagamento.

Informe se a despesa é do titular, do dependente ou do alimentando.

Preencha CPF ou CNPJ da clínica ou do profissional, além do nome.

Em Descrição, descreva qual é o gasto, informando o motivo e a data.

Por fim, declare o valor pago e a parcela não dedutível, que ocorre quando há reembolso de parte da quantia.

Pagamentos feitos para o mesmo CPF ou CNPJ podem ser somados e informados em uma única ficha.

COMO DECLARO REEMBOLSO DE PLANO DE SAÚDE?

O contribuinte só deve informar o que efetivamente gastou com o serviço médico.

Se o plano de saúde arcou com todas as despesas, não é possível deduzir. Porém se houve reembolso parcial ou pagamento de franquia ou coparticipação, o titular deve informar ao fisco também em pagamentos efetuados .

Se a despesa foi em 2023, mas a devolução do valor só ocorreu em 2024, o contribuinte não inclui a quantia reembolsada.

COMO DECLARAR GASTOS COM SAÚDE NO EXTERIOR?

As despesas com médicos e internações no exterior seguem as mesmas regras do tratamento do Brasil no que é possível deduzir ou não do IR.

Site: https://acervo.maven.com.br/temp_site/issue-6d090e8d4f2d61498fe04b05cc2ba6eb.pdf

Governo deve atrasar envio da regulamentação da reforma tributária (Reforma tributária)

O Ministério da Fazenda deve atrasar em uma semana o envio ao Congresso Nacional dos projetos de regulamentação da **reforma tributária**.

O cronograma da equipe do ministro Fernando Haddad (Fazenda) era apresentar as propostas no máximo até esta segunda-feira (15), mas o calendário foi atropelado pelo envio do PLDO (Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias) de 2025 e pela viagem do ministro aos Estados Unidos.

Haddad embarca para Washington nesta segunda e retorna ao Brasil no próximo dia 20 de abril.

Nos Estados Unidos, ele vai participar da reunião anual do Banco Mundial e do FMI (Fundo Monetário Internacional), vender o plano de transformação ecológica aos investidores internacionais, além de reforçar a defesa do Brasil por uma tributação global dos super-ricos.

Com o prazo apertado, a entrega dos projetos da reforma só deve ocorrer após o retorno da viagem, de acordo com membros da equipe de Haddad ouvidos pela Folha.

Receba no seu email o que de mais importante acontece na economia; aberta para não assinantes.

Carregando...

O adiamento, no entanto, não deve passar de uma semana, já que o calendário de votação no Congresso Nacional também está mais apertado devido às eleições municipais.

Nos últimos dias, as equipes técnicas trabalharam intensamente para dar conta dos pareceres técnicos e jurídicos que fazem parte do processo de conclusão dos textos. No entanto, mesmo que essa etapa seja superada antes do dia 20, o envio deve aguardar o retorno do ministro.

A avaliação na área econômica é que seria importante Haddad entregar a proposta pessoalmente ao Congresso Nacional, para mostrar compromisso político do governo com a aprovação da

regulamentação da reforma.

O secretário extraordinário de **Reforma Tributária** do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, que comanda a comissão responsável pela sistematização dos textos, é visto como um perfil técnico, não político. Por isso, sua presença desacompanhada do ministro não teria o mesmo simbolismo.

A emenda constitucional da **reforma tributária**, promulgada no final do ano passado, deu prazo de 180 dias para o governo enviar os projetos de lei complementar com a regulamentação.

Em acordo com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP -AL), Haddad antecipou o prazo para 90 dias devido ao calendário eleitoral. O atraso em alguns dias não é visto como um problema, dada a complexidade do tema.

No início do ano, a Fazenda formou 19 grupos de trabalho, com participação de representantes dos estados e municípios.

Cada grupo ficou responsável pela discussão de um ponto específico, como cesta básica e cashback, ou regime do setor financeiro, ou ainda Imposto Seletivo, entre outros. A comissão de sistematização reuniu as propostas dos 19 grupos e agora enfrenta a etapa final, que é passar pelo crivo das áreas jurídicas do governo: PGFN (Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional), Casa Civil e AGU (Advocacia-Geral da União).

O governo deve enviar apenas dois projetos de regulamentação, como revelou a Folha. A proposta é juntar em um único projeto de lei complementar as normas do Imposto Seletivo e dos dois novos **tributos** que serão criados, a CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) federal e o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), de estados e municípios.

O segundo projeto agruparia a regulamentação do Comitê Gestor do IBS e as novas regras para regular o chamado processo administrativo fiscal, que trata das disputas entre contribuintes e os fiscos -uma espécie de **Carf (Conselho Administrativo de Recursos**

Fiscais) do IBS.

Na área econômica, a aprovação das normas gerais é considerada mais urgente. A CBS entra em vigor em 2026. O diagnóstico no governo é de que é importante aprovar o projeto de regulamentação ainda em 2024 para viabilizar as normas infralegais e o sistema operacional do novo imposto federal em 2025.

O segundo projeto, do Comitê Gestor, não é tão urgente porque boa parte das questões específicas ficarão para 2029. A questão é mais de natureza política.

Representantes dos estados e municípios temem que a União faça tudo sozinha e eles fiquem à reboque das decisões do governo federal. Por isso, querem participar desde o início da construção simultaneamente.

Além disso, como mostrou a reportagem, a questão do contencioso administrativo foi um dos grandes impasses durante a fase da discussão dentro dos grupos de trabalho. Segundo interlocutores, o formato final do projeto não foi fruto de um amplo consenso e há grande possibilidade de a discussão ser retomada durante a tramitação no Congresso.

O presidente da Câmara já sinalizou em encontro com empresários que a regulamentação será "dez vezes mais discutida" que o texto constitucional. Lira ainda terá que escolher o nome dos relatores.

"O atraso de uma semana é irrelevante porque é um texto muito complexo. Uma semana não vai fazer diferença. O importante é que, chegando na Câmara, o presidente Arthur comande [a tramitação] com muita competência, como fez com a PEC [Proposta de Emenda à Constituição] da reforma", avalia o ex-presidente da Câmara, Rodrigo Maia.

Ele lembra que parte do setor privado não acreditava que a PEC seria aprovada, mas Lira acabou surpreendendo os descrentes.

Para Maia, o ideal seria unir as propostas num único projeto, com um relator e dois subrelatores trabalhando de forma integrada. O ex-presidente da Câmara defende o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) na relatoria da regulamentação, dado que ele já fez esse papel na discussão da PEC e conhece os meandros técnicos do tema.

"Já vi no passado projetos desmembrados que acabaram avançando com dificuldade", ressalta Maia, que é atualmente presidente da CNF (Confederação Nacional das Instituições Financeiras).

Ele diz esperar que a regulamentação garanta um modelo para todos os setores que seja o mais não cumulativo possível, e que os regimes específicos (com tributação diferenciada) sejam limitados.

A incidência não cumulativa é aquela que evita a cobrança de **tributos** em cascata sobre outros **tributos**. Nesse modelo, os **impostos** são cobrados apenas sobre o valor agregado entre uma operação e outra, e o tributo recolhido na etapa anterior gera um crédito para a empresa usar no abatimento de **impostos** nas operações futuras.

Segundo Maia, a preocupação é evitar a aprovação de um modelo que, na prática, tenha uma parte com tributação cumulativa e outra não.

benefício do assinante

assine ou faça login

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/04/governo-deve-atrasar-envio-da-regulamentacao-da-reforma-tributaria.shtml>

Governo deve afrouxar meta fiscal para 2025

» **RAFAELA GONÇALVES** » **RAPHAEL PATI**

Com dificuldade de estabilizar a dívida pública e incertezas sobre arrecadação, o governo deve afrouxar a meta fiscal para 2025.

O martelo será batido hoje, com a apresentação do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) para o próximo ano. A expectativa é de que o texto traga uma redução na meta de superavit primário, avaliando um cenário mais realista.

Na aprovação do novo regime fiscal, no ano passado, foi fixada uma meta de superavit equivalente a 0,5% do Produto Interno Bruto (**PIB**) no próximo ano. Agora, há dúvidas em relação à possibilidade de cumprimento desse patamar. Integrantes da equipe econômica têm afirmado que insistir na meta inicialmente projetada poderia jogar contra a credibilidade do governo, que vem num processo de convencimento da entrega de estabilidade fiscal.

Discussões apontam para um número entre resultado primário zero e superavit de até 0,25% do **PIB**, repetindo a meta estipulada para 2024. Apesar da manutenção do otimismo com a arrecadação no início do ano, após a primeira revisão bimestral do Orçamento, já entrou no radar o desafio que será manter o patamar de recolhimento em 2025, com o fim de receitas extraordinárias que estão entrando no caixa este ano e que não se repetirão em 2025, como a regularização de fundos exclusivos e de offshores (empresas de investimentos no exterior).

A equipe econômica já deu sinais de um "ciclo de ajuste".

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, preparou o terreno para uma alteração, ao afirmar na semana passada que o governo tenta fixar uma "meta factível" para as contas públicas.

A jornalistas, ele destacou que a meta preliminar para 2025 foi anunciada em março do ano passado e, desde então, o governo enfrentou percalços nas negociações de medidas fiscais.

Haddad, que tem feito apelos públicos ao Congresso para que avance com a aprovação de iniciativas que aumentam a arrecadação, disse estar em diálogo com os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), para dar prosseguimento à agenda iniciada no ano passado.

"Nós temos um ciclo de decisões para serem tomadas", frisou.

Um eventual afrouxamento da meta reflete os desafios enfrentados para alcançar uma estabilização mais rápida da crescente dívida pública, com esforços para aumentar as receitas, esbarrando em iniciativas do Congresso em sentido contrário. O governo ainda encara uma queda de braço com o Legislativo, que quer manter a desoneração da folha de pagamento para 17 setores da economia, a redução da contribuição à **Previdência Social** por pequenas prefeituras e a ajuda a empresas do setor de eventos.

Credibilidade Se, por um lado, uma alteração da meta poderia resultar em um aumento de credibilidade do governo com o mercado, na visão de especialistas, visto que poderia ser um indicador de que a equipe econômica se mostraria empenhada em corrigir as distorções fiscais, por outro, essa mudança pode ser negativa para a expectativa de redução das despesas do governo, como avalia a consultora de economia da BMJ Consultores Associados, Bruna Rizzolo.

"A falta de compromisso com a redução das despesas pode atuar no sentido contrário da credibilidade, reforçando o caráter populista do governo e afastando possíveis investimentos do país", diz a especialista.

O ministro Fernando Haddad já considera a reoneração de empresas e municípios e a extinção do Programa de Retomada do Setor de Eventos (Perse) como objetivos inviáveis a curto prazo, o que dificultaria ainda mais o cumprimento da meta atual em 2025.

"Esperam-se que os projetos de 2024 sejam menos expressivos para aumentar a receita do que em 2023, o que tende a pressionar por ajustes pelo lado da despesa. No entanto, uma possível revisão da meta do ano que vem para baixo pode tirar a pressão do governo para redução das despesas no curto prazo", pondera Rizzolo.

Na avaliação do professor de economia do Ibmec-DF William Baghdassarian, o principal fator que pesa contra o governo na decisão de alterar a meta seria justamente a falta de credibilidade.

Diante disso, mesmo com uma boa intenção, o Executivo poderia ser avaliado negativamente pelos economistas e pelo Congresso. "Quando você não tem credibilidade, como é o caso atual, é complicado,

porque esse é o pior dos mundos. Você tem que mudar a meta, mas as pessoas vão interpretar isso de uma forma sempre negativa", ressalta o professor.

Gasto extra O governo deve ganhar uma folga de R\$ 15 bilhões no Orçamento deste ano após um acordo costurado pela Casa Civil com líderes no Congresso. A possibilidade de gasto extra foi aprovada pela Câmara na semana passada, sem alarde, em um projeto de lei que tratava de outro tema, a volta do seguro obrigatório sobre veículos terrestres, o DPVAT.

Segundo o economista Murilo Viana, consultor sênior da GO Associados, essa abertura de espaço para gastos por si só já deve ter um forte impacto sobre o arcabouço. "O novo regime fiscal tem dois braços na balança, uma meta de resultado fiscal e um teto de despesas. Quando você aumenta o teto de despesas como foi aprovado na Câmara, e levado agora para o Senado, obviamente isso vai impactar no resultado primário e dificultar um alcance de meta em 2025", observa.

Para Viana, o quão factível será a nova meta para 2025 depende de algumas variáveis. "Quanto menor a meta de resultado fiscal para 2025, maior a probabilidade de seu alcance. Apesar de ter havido um forte crescimento das receitas em 2024, ainda existe uma incerteza sobre a recorrência desse ganho. E, sem dúvida, essa folga que passa pelo Congresso também será bastante negativa sob o ponto de vista das despesas", completa.

Em análise publicada pelo Itaú Unibanco, analistas apontaram que o desafio de alcançar a meta de superavit de 0,5% do PIB em 2025 é "significativo, levando a um risco de alteração já agora". "Caso o governo decida pela alteração, seria importante o anúncio de medidas compensatórias, que mantenham uma trajetória de convergência do resultado primário a níveis consistentes com a estabilização da dívida pública a médio prazo", destaca o documento.

"A falta de compromisso com a redução das despesas pode atuar no sentido contrário da credibilidade, reforçando o caráter populista do governo e afastando possíveis investimentos do país" Bruna Rizzolo, consultora de economia da BMJ Consultores Associados

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/5840/15-04-2024.html?all=1>

Governo deve apresentar hoje previsão de meta fiscal menor

RAFAEL GONÇALVES E RAPHAEL PATI

Brasília - Com dificuldade de estabilizar a dívida pública e incertezas sobre arrecadação, o governo deve afrouxar a meta fiscal para 2025. O martelo será batido hoje, com a apresentação do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) para o próximo ano. A expectativa é de que o texto traga redução na meta de superávit primário, avaliando um cenário mais realista. Na aprovação do novo regime fiscal, no ano passado, foi fixada meta de superávit equivalente a 0,5% do Produto Interno Bruto (**PIB**) no próximo ano.

Agora, há dúvidas em relação à possibilidade de cumprimento dessa meta. Integrantes da equipe econômica têm afirmado que insistir no patamar inicialmente projetado poderia jogar contra a credibilidade do governo, que vem num processo de convencimento da entrega de estabilidade fiscal. Discussões apontam para um número entre resultado primário zero e superávit de até 0,25% do **PIB**, repetindo a meta estipulada para este ano.

Apesar da manutenção do otimismo com a arrecadação no início do ano, após a primeira revisão bimestral do orçamento, já entrou no radar o desafio que será manter o patamar de recolhimento no próximo ano, com o fim de receitas extraordinárias que estão entrando no caixa este ano e não se repetirão em 2025, como a regularização de fundos exclusivos e de offshores (empresas de investimentos no exterior).

A equipe econômica já deu sinais de um "ciclo de ajuste". O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, preparou o terreno para uma alteração, ao afirmar na semana passada que o governo tenta fixar uma "meta factível" para as contas públicas. A jornalista, ele destacou que a meta preliminar para 2025 foi anunciada em março do ano passado e, desde então, o governo enfrentou percalços nas negociações de medidas fiscais.

O ministro, que tem feito apelos públicos ao Congresso para que avance com a aprovação de iniciativas que aumentam a arrecadação, disse estar em diálogo com os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), para dar prosseguimento à agenda iniciada no ano passado. "Nós temos um ciclo de decisões para serem tomadas", disse Haddad.

Um eventual afrouxamento da meta reflete os desafios enfrentados para alcançar uma estabilização mais rápida da crescente dívida pública, com esforços para aumentar as receitas, esbarrando em iniciativas do Congresso em sentido contrário. O governo ainda enfrenta uma queda de braço com o Legislativo, que quer manter a desoneração da folha de pagamento para 17 setores da economia, a redução da contribuição à **Previdência Social** por pequenas prefeituras e a ajuda a empresas do setor de eventos.

expectativa

Se, por um lado, uma alteração da meta poderia resultar em um aumento de credibilidade do governo com o mercado, na visão de especialistas, visto que poderia ser um indicador de que a equipe econômica se mostraria empenhada em corrigir as distorções fiscais, por outro, essa mudança pode ser negativa para a expectativa de redução das despesas do governo, como avalia a consultora de Economia da BMJ Consultores Associados, Bruna Rizzolo.

"A falta de compromisso com a redução das despesas pode atuar no sentido contrário da credibilidade, reforçando o caráter populista do governo e afastando possíveis investimentos do país", considera a especialista.

Site:

<https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo/?edicao=11052>

Fraudes e descontos indevidos têm vitimado os aposentados do INSS

CAIO PRATES

Associações e instituições coletivas de aposentados e pensionistas são marca histórica no Brasil e existem há bastante tempo. Nascidas com o objetivo de prestar serviços de defesa dos interesses dos segurados do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social), seja no campo político, c o m o a interlocução com o Congresso Nacional, ou no campo jurídico, com o ingresso de ações coletivas para revisão ou concessão de benefícios, algumas entidades estão na mira da Justiça por fraudes, principalmente, para obter pagamento de mensalidades por meio de descontos consignados no valor da aposentadoria.

Segundo especialistas em direito previdenciário, esses descontos são de, aproximadamente, R\$ 45 por mês, um valor que muitas vezes passa despercebido. Recentemente, o **INSS** abriu apurações internas para investigar a conduta de seis entidades suspeitas de efetuarem descontos indevidos diretamente na folha de pagamento das aposentadorias.

Ruslan Stuchi, sócio do Stuchi Advogados, explica que os aposentados não são obrigados a aderir a essas associações e muitos estão sendo pegos de surpresa com os chamados "descontos de mensalidade associativa".

"Milhares de aposentados estão sendo lesados sem saber.

Os segurados do **INSS** não são obrigados a aderirem a essas associações. Isso é um fato opcional. Então, o que está acontecendo hoje é que essas associações, de maneira abrupta, errônea, de má-fé, realizam descontos, mesmo sem o aposentado ou o beneficiário estar ciente desse desconto. Ou seja, as associações e instituições que deveriam ter o propósito de defender os aposentados, os beneficiários do **INSS**, estão fraudando os segurados para obter vantagens e aumentar o patrimônio financeiro", alerta o advogado.

Para os especialistas não existe problema em aderir a uma associação de aposentados no Brasil, mas desde que ela exerça funções legítimas.

Existem inúmeras associações que cobram uma taxa associativa em torno de 2,7% a 3% do valor mensal da

aposentadoria.

Na visão de Marco Aurelio Serau Junior, advogado, professor da UFPR e diretor científico do IEPREV, sempre existiram associações e instituições coletivas de aposentados e pensionistas no Brasil com bastante relevância na defesa dos interesses do segurado, mas é preciso estar atento aos golpes. "É sabido que existem aí problemas em relação à atuação dessas entidades, até mesmo denúncias relativas a certas fraudes. Geralmente essas fraudes são relativas à cobrança de mensalidades, principalmente, valores excessivos.

Temos notícias também de cobrança de valores para que se ingresse com ações na Justiça, muitas vezes ações judiciais que não têm fundamento, enfim, que são teses já ultrapassadas ou então teses já rejeitadas pelo Poder Judiciário.

Ou situações em que já houve a prescrição, enfim são as denúncias mais recorrentes nesse tema", aponta.

Stuchi revela que em muitos casos essas associações possuem um estrutura física simples, de um pequeno escritório administrativo em um cidade, mas promovem descontos nos benefícios de aposentados em todo Brasil.

"Algumas dessas associações sequer ingressam ações coletivas em benefício dos segurados do **INSS**. Já outras promovem ações, eventualmente, para justificar a taxa mensal", explica.

*

Segurado deve procurar a Justiça se tiver problema

O advogado Ruslan Stuchi explica o que fazer caso o aposentado ou pensionista note em seu extrato mensal que existe algum desconto indevido. "Importante o segurado verificar na plataforma Meu **INSS**, especificamente na parte de extrato de pagamentos, se está ocorrendo algum desconto irregular no seu benefício, entre eles esses descontos de associações. Caso o segurado visualize algo irregular, ele deve procurar um profissional da sua confiança, ingressar com uma ação para suspender de imediato esses valores descontados.

E além da suspensão imediata, ele pode requisitar a devolução retroativa de todos os valores descontados", orienta.

Serau Junior destaca que o aposentado deve também lavrar um Boletim de Ocorrência, evidenciando a prática de crime. "Enfim, pode ter alguma espécie de estelionato nesse sentido. Também é possível o bloqueio desses valores no banco ou retirando autorização de desconto no **INSS**", pontua.

Stuchi explica que em alguns casos a Justiça também estabelece uma indenização aos segurados. "Principalmente nos casos em que o aposentado não realizou nenhum tipo de filiação. Ou seja, não autorizou expressamente esse desconto. Trata-se de um benefício alimentar, que existe para a subsistência do aposentado ou pensionista, um valor que ele utiliza na compra de remédios, alimentos, roupas etc. A Justiça está se posicionando a favor dos aposentados que conseguem comprovar que a adesão foi feita de maneira irregular, inclusive concedendo indenização por danos morais, além da devolução dos valores descontados", conclui.

Site:

https://digital.maven.com.br/pub/dgabc/?key=ab_AF0DD33B5E4552BE62E04C89D07C3CC90E397B2345C6E7076D4F0225847916FE320325969FB02314500985BA70BD52DED29D2C8AC96BDB2065087847B0AC7D6A51BBE845B191B0515A25DE7E7502483905B53D855C277FF243F58F8319984FC89DABE9E3B8DFA4AB9EB5B17E2428CB40E5EF983608195E108AAE342F290A0

Uma mudança histórica na previdência complementar (Artigo)

JARBAS ANTONIO DE BIAGI DIRETOR PRESIDENTE DA ABRAPP (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR)

Os novos participantes dos fundos de pensão passaram a contar, desde o dia 1º.

de março, com maior flexibilidade e benefícios para programar uma aposentadoria com melhor qualidade de vida. É que a partir daquela data começou a vigorar uma resolução (CNPQ/MPS no. 60) que significa a introdução da inscrição automática dos trabalhadores nos planos de **previdência complementar**.

As previsões da Abrapp (Associação Brasileira das Entidades Fechadas de **Previdência Complementar**) são de que a medida implicará a entrada de aproximadamente 500 mil novos participantes no sistema a médio prazo. Mas para além dos números, a resolução significa uma mudança histórica, há muito tempo defendida por diversos setores do mercado, que trará benefícios não apenas para os participantes, mas também para os fundos de pensão e para a economia brasileira como um todo.

A inscrição automática nos planos de benefícios é uma prática adotada em diversos países e tem se mostrado eficaz para o crescimento e aprimoramento da **previdência complementar**. Ela oferece aos trabalhadores uma oportunidade de garantir uma aposentadoria mais tranquila e segura, ao mesmo tempo em que impulsiona os investimentos de longo prazo, tão necessários para o desenvolvimento econômico do país.

É importante destacar que a nova resolução preserva a liberdade de escolha do participante. Ele terá até 120 dias para se manifestar sobre a inscrição automática e, em caso de desistência, terá direito à restituição integral das contribuições.

Essa transparência e flexibilidade são fundamentais para garantir a adesão voluntária e consciente dos trabalhadores ao sistema de **previdência complementar**.

Além disso, a resolução estabelece que o patrocinador deve garantir uma contrapartida mínima de 20% do montante para o custeio do plano, garantindo vantagens ao participante. Essa medida visa

assegurar uma maior equidade e justiça no sistema, garantindo que os benefícios sejam acessíveis a todos os trabalhadores, independentemente de sua situação financeira.

Outro aspecto positivo da nova resolução é a possibilidade de aplicação da inscrição automática para os **servidores públicos**, especialmente aqueles sujeitos ao limite máximo dos benefícios do Regime Geral de **Previdência Social**. A medida amplia o alcance e a abrangência do sistema de **previdência complementar**, beneficiando um número maior de trabalhadores.

Essas mudanças representam um avanço significativo no fortalecimento e na democratização da **previdência complementar** no Brasil. É louvável o esforço do governo federal, em parceria com sociedade civil, para incentivar e aprimorar o sistema, visando garantir uma aposentadoria melhor para todos os brasileiros.

No entanto, é importante que essas medidas sejam acompanhadas de políticas de educação financeira e previdenciária, para que os trabalhadores possam tomar decisões informadas e conscientes sobre seu futuro financeiro. Afinal, a **previdência complementar** deve ser um instrumento de proteção e segurança para todos, contribuindo para a construção de um futuro mais próspero e sustentável para o Brasil.

JARBAS ANTONIO DE BIAGI DIRETOR PRESIDENTE DA ABRAPP (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR)

Site:

<https://edicaoimpressa.folhape.com.br/books/gpzb/#p=1>

Harmonia - APOSENTADOS

EMÍDIO REBELO FILHO

A harmonia entre os três Poderes da União, ao que parece, está cada vez mais distante de acontecer, contrariando o consagrado no artigo 2º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, impedindo alcançar os objetivos fundamentais estabelecidos no artigo 3º que são: construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. O que assistimos e ouvimos na mídia é uma contenda sem limites, prejudicando de forma perversa a sociedade brasileira, ávida por soluções eficazes e que a beneficie.

PREVIDÊNCIA

Aposentados e pensionistas, segurados do **INSS**, lamentam que informações negativas tenham sido divulgadas sobre o funcionamento da gestão administrativa do Instituto, em prejuízo aos que necessitam do atendimento para serem contemplados de um benefício que lhes é assegurado pela legislação previdenciária.

Não se concebe que a falta de recursos humanos e equipamentos tecnológicos o torne sem condições de prestar serviços condizentes ao contribuinte segurado.

Pelos recursos financeiros que se arrecada, chega a ser inacreditável se dizer que o Instituto está sem condições de cumprir suas mínimas obrigações, deixando de atender, a contento, mais de um milhão e quinhentos mil beneficiários.

CENTENÁRIA

A **Previdência Social** completou o seu centenário em 24 de janeiro de 2023. É, portanto, centenária e não deveria estar nessa situação de desconforto para dar um atendimento exemplar aos seus segurados. Recursos financeiros não faltam, pois a **Previdência Social** em momento algum foi deficitária.

Esta é a afirmação da Comissão Parlamentar de Inquérito, composta por Senadores da República, que investigou as contas da **Previdência Social** Brasileira. Vejamos o que disse o presidente da Comissão, senador Paulo Paim (PT-RS): "a CPI mostrou a verdade: a Previdência é superavitária. O relatório é

cirúrgico ao apontar que o principal problema dela é de gestão, má administração, anistias, sonegação, desvios e roubalheira".

GESTÃO

A má gestão administrativa da **Previdência Social**, como afirma o relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito, precisa urgentemente ser eliminada. Se não houvesse essas irregularidades e também a retirada de recursos financeiros para aplicação em outros programas governamentais, os aposentados e pensionistas - segurados do **INSS** - não estariam com suas aposentadorias e pensões defasadas, causando um prejuízo que dificulta até as suas sobrevivências, impedindo a normalidade de vida. A redução de proventos é uma punição inconcebível e devastadora, promovendo aflições, desespero e infinitas situações de difícil solução.

A aprovação do PL-4434 de 2008 é a solução.

CORREÇÃO

Os deputados federais continuam insensíveis às reivindicações dos aposentados e pensionistas, segurados do **INSS**, constantes do Projeto de Lei nº4434/2008. Esquecem que é uma reivindicação de direito e não de favor.

O que reivindicam lhes é assegurado constitucionalmente.

A demora para apreciação, votação e aprovação em plenário não tem justificativa.

Demonstra, como dissemos anteriormente, o desprezo por milhões de cidadãos e cidadãs brasileiros, prejudicados por ação governamental inconsequente proferida há 33 anos, governo Fernando Collor de Mello. É um malfeito que necessita de correção urgente devido o mal que vem causando a quem contribuiu para receber proventos dignos na saída do mercado de trabalho.

PENDÊNCIA

Os participantes da Associação dos Mantenedores-Beneficiários da Petros (Ambep), pelas gravíssimas denúncias emitidas em abaixo-assinado sobre irregularidades praticadas na atual gestão administrativa da entidade, sem ter qualquer pronunciamento dos Conselhos Deliberativo e Fiscal,

estão preocupados, pois, questão de tão importante relevância, que implica na perda ou quebra de um valiosíssimo patrimônio, não pode nem deve ficar sem o esclarecimento pertinente.

O pronunciamento dos Conselhos é vital e essencial para que os associados saibam dos fatos ocorridos ou não.

ESPERANÇA

"A esperança não é um sonho, mas um modo de transformar os sonhos em realidade" (Cardeal Suenens).

Site: https://digital.maven.com.br/temp_site/issue-fa172243a7a9cbea44a5bd68e817c726.pdf

Regra para declarar pensão alimentícia no Imposto de Renda muda; veja o que fazer (Imposto de Renda)

A **Receita Federal** voltou a fazer mudanças na forma como o contribuinte deve informar o pagamento de pensão alimentícia, caso seja obrigado a fazer a declaração do Imposto de Renda .

A pensão alimentícia é uma dedução prevista em lei, que pode aumentar o valor da restituição ou diminuir o imposto a pagar.

Neste ano, o item ganhou um campo exclusivo no programa do IR e que precisa ter obrigatoriamente os dados sobre a decisão judicial ou a escritura pública que respaldam a situação.

No ano passado, uma decisão do STF (Supremo Tribunal Federal) de 2022 já havia alterado a forma como quem recebe o valor declarava ao fisco . O pagamento deixou de ser informado como rendimento tributável e passou a ser considerado rendimento isento e não tributável. Com isso, quem recebe a pensão deixou de ser duplamente tributado pela quantia .

O prazo de envio da declaração do Imposto de Renda começou em 15 de março e vai até 31 de maio. Quem atrasar, terá de pagar uma multa mínima de R\$ 165,74, que pode chegar a 20% do imposto devido.

A partir deste ano, a Receita separou um item exclusivo para que o contribuinte informe quem é o alimentando, que é a pessoa que recebe a pensão.

Essa pessoa é diferente do dependente , pois há uma decisão judicial ou escritura pública que respalda a pensão alimentícia. E esses dados são agora uma exigência para quem paga a pensão e é obrigado a declarar o Imposto de Renda.

"É preciso informar o tipo de processo, bem como o número do CPF do alimentando, mesmo que ele esteja no exterior", afirmou Daniel de Paula, consultor do tributário da IOB. Caso o alimentando não tenha CPF, o responsável pode fazer o pedido online ou então presencialmente na Receita. Clique aqui para saber como solicitar o CPF.

Com esta mudança, o contribuinte deve ter esses

dados à mão para o preenchimento da declaração. Com a ficha preenchida, o titular da declaração poderá deduzir o pagamento da pensão e outros gastos previstos na decisão judicial ou escritura pública que são permitidas pelo fisco como despesas com saúde , educação e previdência privada .

"Mas só os pagamentos que estiverem informados na sentença ou escritura podem ser deduzidos", comenta Richard Domingos, diretor-executivo da Confirp Contabilidade. A dedução pode aumentar o valor da restituição ou diminuir o imposto a ser pago.

Veja abaixo o passo a passo para declarar os alimentandos

Clique no item Alimentandos. O contribuinte é informado sobre as condições que definem o alimentando e precisa clicar em "Concorda".

Preencha os dados do alimentando com o nome, CPF (mesmo que esteja no exterior), data de nascimento e se reside no Brasil ou no exterior

Informe se o alimentando é do titular da declaração ou de um dos dependentes, que deve ser especificado na declaração

Em seguida, informe se é decisão judicial, escritura judicial ou ambos

Se for decisão judicial, informe o número do processo judicial, a vara cível, a comarca, o estado e a data da decisão

Se for escritura pública, informe o nome do cartório, o CNPJ dele, o livro e a folha em que foram lavrados o registro, a cidade e o estado do cartório, e a data de formalização do registro do documento

Se forem ambos, informe todos os dados de cada item. Terminado o preenchimento, clique em Salvar

Preenchida a ficha de alimentandos, veja o passo a passo para declarar o pagamento da pensão alimentícia:

Entre na ficha Pagamentos Efetuados e clique em novo

Selecione o código 30, 31, 33 ou 34, de acordo com o caso (se é residente no Brasil ou no exterior, e se a pensão foi formalizada por decisão judicial ou escritura pública)

Preencha nome e CPF do alimentando, valor pago no ano e descrição

Confira os dados e clique em confirma

Para cada alimentando, é preciso abrir uma ficha nova

Como a Receita recebe dados de cartórios, do governo e de várias instituições, existe a possibilidade de os dados estarem na declaração pré-preenchida, caso o contribuinte tenha conta gov.br nível ouro ou prata. Clique aqui para saber como criar a conta e atingir o nível exigido.

Se estiverem, o contribuinte precisa verificar se eles estão corretos e preencher a ficha de alimentandos.

Caso os dados não estejam na base da Receita, a recomendação do fisco é que o contribuinte procure o cartório ou o tribunal de Justiça onde a decisão foi realizada. É importante procurar com antecedência, já que o levantamento não é imediato.

O **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) afirmou que disponibiliza o informe por meio do aplicativo **Meu INSS**, em uma agência do órgão -mediante agendamento de horário- ou o beneficiário pode obter no banco cadastrado no **INSS** "para aqueles casos em que o cidadão teve imposto de renda retido em algum mês e/ou para aqueles com rendimento anual superior ao limite que o dispense de fazer o ajuste anual".

O órgão comunicou que não disponibiliza dados do processo judicial ou da escritura pública. "Neste tipo de ação, o cidadão é parte no processo, logo por isso subentende-se que ele tem acesso ao mesmo, através do respectivo órgão judiciário onde o processo tramitou. O cidadão é responsável por ter este dado."

Neste caso, o pagamento não deve ser usado pelo contribuinte para deduzir o imposto devido à Receita. O preenchimento da ficha "alimentandos" não deve ser feito, já que é obrigatório ter o número do processo judicial ou da escritura pública.

"As informações da declaração devem estar respaldadas por documentos que comprovem a sua veracidade", destaca o fisco.

A Receita recomenda que o pagamento seja

informado da seguinte forma

Clique em Pagamentos efetuados, vá em Novo e selecione o código 99 (outros pagamentos)

Informe se foi realizado pelo titular ou dependente, e preencha o nome, CPF ou CNPJ de quem recebeu o pagamento, e o valor pago. Informe em descrição que foi pagamento de pensão alimentícia sem decisão judicial ou escritura pública, já que o contribuinte não tem os dados exigidos

Lembrando que a despesa não será deduzida do imposto devido

Receba no seu email o que de mais importante acontece na economia; aberta para não assinantes.

Carregando...

Nesta situação, o contribuinte deve enviar uma declaração retificadora, preenchendo a ficha de alimentandos como informado acima. Ao mesmo tempo, ele deve excluir a ficha aberta em "Pagamentos efetuados" sob o código 99, que indicava o pagamento da pensão.

Caso a retificação seja entregue dentro do prazo, ou seja até 31 de maio, o titular ainda pode alterar a tributação escolhida caso isso seja melhor para ele: por dedução legal ou simplificada. Depois do prazo, não é possível mudar o modelo entregue. A declaração retificadora pode ser entregue a qualquer momento.

A declaração retificadora também é considerada uma nova declaração para a definição da fila de uma eventual restituição. Com isso, a Receita considera a data em que foi enviada a retificação, e não a declaração original.

Os pagamentos podem ser informados, mas com o código 99 (outros pagamentos), e não podem ser atrelados à pensão alimentícia. "Para o alimentando, só poderá colocar despesas definidas na sentença ou escritura", afirma Daniel de Paula.

Quem recebe a pensão precisa informar à Receita em rendimentos isentos e não tributáveis. A forma de declarar mudou no ano passado, em virtude de decisão do STF de 2022.

Pela sentença da Suprema Corte, o contribuinte também tem direito de solicitar a restituição dos valores declarados nos últimos cinco anos, já que até o ano passado o recebimento de pensão era declarado como rendimento tributável recebido de pessoa física.

No caso, as solicitações podem ser feitas nos documentos enviados entre 2019 e 2023, sendo que no ano passado o pedido só é válido se ele foi preenchido incorretamente como rendimento tributável.

Veja abaixo como informar o pagamento recebido

Se um dependente for o beneficiado, entre na ficha Dependentes, clique em Novo, selecione o tipo de dependente, preencha nome, CPF, data de nascimento, email e celular do dependente e se mora com o titular. Cheque os dados e clique em OK

Depois, vá até a ficha Rendimentos Isentos e Não Tributáveis e clique em novo

Selecione o código 28 (pensão alimentícia)

Especifique se o beneficiário da pensão é o titular ou o dependente, e selecione-o em beneficiário

Preencha nome e CPF de quem pagou a pensão, chamado de alimentante, e o valor pago no ano

Cheque os dados e clique em confirma

Para cada dependente, é preciso abrir uma ficha nova

O contribuinte precisa retificar as declarações anteriores e enviar a retificadora para a Receita. O prazo para solicitar a correção de cada declaração é de cinco anos, sendo que a Receita estipula uma diferença nos pedidos.

No caso da declaração de 2019 (referente ao ano-calendário de 2018), a Receita informa que a retificação só é possível agora para quem não teve qualquer imposto (retido na fonte ou pago) que tenha sido descontado durante o ano de 2018.

Ou seja quem recebeu de fonte pagadora (salário, aluguel, aposentadoria ou outro rendimento) e teve dinheiro retido na fonte, ou quem recebeu de pessoa física (pagamento, aluguel) ou teve ganho de capital (com ações, fundos imobiliários, venda de imóvel) durante o ano de 2018 não terá direito a retificar a declaração de 2019.

Em relação ao período entre 2020 e 2023, qualquer pessoa pode fazer a solicitação dos valores pagos a mais.

Veja abaixo o prazo para entregar a declaração retificadora do IR com o pedido para restituir a pensão alimentícia recebida

Veja o passo a passo para retificar a declaração e pedir reembolso de pensão recebida

A correção pode ser feita nas declarações entre 2019 e 2023. É preciso entrar na declaração de cada ano e fazer a retificação

Se você não tiver a declaração em seu computador, entre no e-CAC (atendimento virtual da Receita) e vá em Meu Imposto de Renda. É preciso ter conta nível prata ou ouro no Gov.br para fazer a consulta

Abra o programa de declaração do IR, selecione a declaração do ano desejado e informe que é uma declaração retificadora

Na declaração, vá para a ficha Rendimentos Isentos e Não Tributáveis. Clique em Novo e coloque o código 99 (outros); mencione pensão alimentícia na descrição

Em seguida, informe o tipo de beneficiário (titular ou dependente), nome, CPF e o valor declarado no ano selecionado. Por fim, clique em OK

Depois, é preciso deixar em branco as informações que foram declaradas as pensões recebidas. Na maioria dos casos, está em Rendimentos Tributáveis Recebidos de PF/Exterior

O valor do imposto a restituir deve aumentar ou então o valor a ser pago deve diminuir

Envie a declaração para a Receita, guarde uma cópia com o número do recibo

Se a sua restituição foi maior, selecione a forma de pagamento e confirme. Se o caso foi de imposto a pagar menor, é preciso definir se a opção será por receber o valor ou fazer uma compensação de outra dívida que tenha com a Receita. Nesta situação, é preciso fazer a solicitação pelo programa PER/DCOMP (Pedido Eletrônico de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso e Declaração de Compensação) da **Receita Federal**

"Cabe observar que o valor do Imposto de Renda pago na modalidade carnê-leão ainda deve constar na ficha "Rendimentos Tributáveis Recebidos de Pessoa Física e do Exterior", afirma Daniel de Paula, da IOB.

Após o envio das declarações retificadoras e do preenchimento do processo de reembolso, o contribuinte terá de aguardar até dois dias para consultar o extrato do processamento no Meu Imposto de Renda (pelo aplicativo ou na página da **Receita Federal**) para checar a situação de cada declaração.

Segundo a Receita, se houver pendências serão

apresentadas as orientações para a solução.

É obrigado a declarar o Imposto de Renda em 2024 o contribuinte que:

Recebeu rendimentos tributáveis acima de R\$ 30.639,90 , o que inclui salário, aposentadoria e pensão do **INSS** ou de órgãos públicos; em anos anteriores, o limite utilizado foi a partir de R\$ 28.559,70

Recebeu rendimentos isentos, não tributáveis ou tributados exclusivamente na fonte acima de R\$ 200 mil

Obteve em qualquer mês ganho de capital (ou seja, lucro) na alienação (transferência de propriedade) de bens ou direitos sujeitos à incidência do imposto; é o caso, por exemplo, da venda de carro com valor maior do que o pago na compra

Teve isenção do IR sobre o ganho de capital na venda de imóveis residenciais, seguida de aquisição de outro imóvel residencial no prazo de 180 dias

Realizou vendas na Bolsa de Valores que, no total, superaram R\$ 40 mil, inclusive se isentas. E quem obteve lucro com a venda de ações, sujeito à incidência do imposto (valores até R\$ 20 mil são isentos)

Tinha, em 31 de dezembro, posse ou propriedade de bens ou direitos, inclusive terra nua, acima de R\$ 800 mil

Obteve receita bruta na atividade rural em valor superior a R\$ 153.199,50

Quer compensar prejuízos da atividade rural de 2023 ou de anos anteriores

Passou a morar no Brasil em qualquer mês de 2023 e encontrava-se nessa condição em 31 de dezembro

Optou por declarar bens, direitos e obrigações detidos por offshores

É titular de trust e demais contratos regidos por lei estrangeira

Optar por atualizar bens e direitos no exterior pelo valor de mercado de dezembro de 2023, desde que pague 8% de ganho de capital

benefício do assinante

assine ou faça login

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/04/regra-para-declarar-pensao-alimenticia-no-imposto-de-renda-muda-veja-o-que-fazer.shtml>

Abono do PIS/Pasep é liberado; veja calendário e quem recebe (PIS/Pasep)

O MTE (Ministério do Trabalho e Emprego) liberou nesta segunda-feira (15) o terceiro lote do abono salarial do PIS/Pasep 2024 para beneficiários nascidos em março e abril.

A Caixa Econômica Federal é a responsável pelo pagamento do PIS, liberado a trabalhadores da iniciativa privada. Já o Pasep (Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público), destinado a funcionários públicos, é pago pelo Banco do Brasil.

O valor do abono salarial vai de R\$ 118 a R\$ 1.412, variando de acordo com a quantidade de meses trabalhados no ano-base de 2022. O calendário de pagamento vai até agosto, mas os valores podem ser sacados até dezembro.

A partir deste ano, as datas de liberação dos valores foram unificadas para trabalhadores privados e servidores e o calendário tem como base o mês de nascimento dos profissionais. Antes, servidores recebiam os valores de acordo com número final de inscrição no Pasep.

Receba no seu email o que de mais importante acontece na economia; aberta para não assinantes.

Carregando...

Tem direito ao abono os trabalhadores que:

O pagamento do PIS (Programa de Integração Social) é feito pela Caixa a trabalhadores da iniciativa privada que trabalharam com carteira assinada em pelo menos um mês do ano-base.

O dinheiro é liberado automaticamente para quem é cliente do banco, conforme o mês de aniversário do trabalhador. Os demais beneficiários receberão na poupança social digital movimentada pelo Caixa Tem.

No aplicativo Caixa Tem, é possível pagar contas, fazer transferências, pagar na maquininha e realizar compras com o cartão de débito virtual.

Já o Pasep (Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público) é pago pelo Banco do Brasil a servidores que trabalharam formalmente no ano-base. Em 2024, a liberação dos valores passou a ser conforme o mês de nascimento.

O calendário vai de fevereiro a agosto, com data-limite para o saque em 27 de dezembro. Clientes do Banco do Brasil recebem direto na conta. Os demais devem procurar uma agência bancária para sacar o dinheiro.

O abono é pago conforme o número de meses trabalhados no ano-base e pode chegar a um salário mínimo, hoje em R\$ 1.412.

Quantidade de meses trabalhados no ano-base

Valor do PIS/Pasep

1

118

2

235

3

353

4

471

5

588

6

706

7

824

8

941

9

1.059

10

do-pispasep-e-liberado-veja-calendario-e-quem-recebe.shtml

1.177

11

1.294

12

1.412

A consulta é feita por meio do aplicativo Carteira de Trabalho Digital ou no Portal Gov.br .

O app está disponível nas lojas Play Store (Android) e App Store (iOS) . O desenvolvedor do aplicativo oficial é o Serviços e Informações do Brasil.

Site portal de serviços do governo federal:

O número do PIS é o mesmo do NIT (Número de Registro do Trabalhador) e do NIS (Número de Identificação Social).

Ele pode ser encontrado na carteira de trabalho, tanto física (está na primeira página) quanto digital, no Cartão Cidadão e em outros aplicativos e sites de serviços do governo como o Meu **INSS**, o portal de serviços do Ministério do Trabalho e Emprego, o Cnis (Cadastro Nacional de Informações Sociais) e os aplicativos do FGTS, do Caixa Trabalhador e do Caixa Tem.

Clique aqui para ver o passo a passo.

Outra possibilidade também é ir presencialmente a uma agência da Caixa e apresentar um documento de identificação com foto para saber o número.

O número do Pasep pode ser obtido nas agências do Banco do Brasil, com a apresentação de um documento de identificação com foto.

O beneficiário também pode obter a informação pela Central de Atendimento do banco, nos telefones 4004-0001 (para capitais e regiões metropolitanas) e 0800-7290001 (demais localidades), pelos sites do Banco do Brasil (no caso de correntistas), no Cnis, pelo telefone 158 e pelos aplicativos Carteira de Trabalho Digital e Meu **INSS**.

benefício do assinante

assine ou faça login

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/04/abono->

Saiba como suspender descontos indevidos no INSS

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/video/2024/04/15/TVGLOBODF-07.52.38-07.55.06-1713178937.mp4>

Trajatória dos défcits da Previdência volta a preocupar (Editorial)

Apenas cinco anos depois, as contas da **Previdência Social** indicam que uma nova reforma será necessária a médio prazo, em não muito tempo. Realizada em 2019, a reforma concentrou-se basicamente no regime geral - o dos trabalhadores do setor privado, a maioria da população -, deixou praticamente intocado o sistema dos **servidores públicos** e concedeu mais vantagens aos militares. A economia da mudança em uma década foi estimada em de R\$ 1,1 trilhão, mas, sem o fim de privilégios, a tendência do déficit é crescer. Em 2023, aumentou 12,1% em termos reais (descontada a **inflação**), mesmo com grande avanço de 5,8% reais na arrecadação.

O governo atualizou as projeções e a situação piorou. O déficit do Regime Geral da **Previdência Social** deve sair de 2,45% do Produto Interno Bruto (**PIB**) neste ano e chegara 10,30% até 2100-um rombo de R\$ 25,5 trilhões (Valor, 11 de abril). Este ano, é estimado em R\$ 326,16 bilhões, segundo o Balanço Geral da União de 2023. A necessidade de financiamento deve se manter em 2,45% do **PIB**, ou cair um pouco ao longo dos próximos dez anos, para crescer depois.

Não se previam resultados milagrosos das alterações feitas em 2019. Quando a reforma foi aprovada, o déficit do regime geral era de R\$ 217,5 bilhões, e, com exceção do ano seguinte, após a corrida para a aposentadoria que toda mudança provoca, o rombo foi praticamente igual em 2022, de R\$ 265,4 bilhões. No ano passado, deu um salto para R\$ 311,3 bilhões. O déficit geral, que reúne o RGPS, o dos **servidores públicos** e o dos militares, manteve-se, até 2023, em 4,1% do **PIB**. A ação de políticas de curto prazo, como a correção real do salário mínimo, a permanência de vantagens previdenciárias para funcionários do Estado, civis e militares e fatores estruturais, jogam contra o equilíbrio provisório alcançado.

As contribuições dos militares e dos **servidores públicos** não são suficientes para cobrir as despesas com os benefícios, em um déficit que nos últimos quatro anos ficou ao redor de R\$ 100 bilhões. O déficit per capita dos 166 mil reservistas e 353 mil pensionistas das Forças Armada é de R\$ 92,5 mil, o maior de todos. O déficit per capita do regime próprio dos **servidores públicos**, com 467 mil aposentados e 307 mil pensionistas, é de R\$ 62 mil. E o dos 39 milhões de aposentados e pensionistas do **INSS** é de R\$ 7,9 mil. Nos anos recentes cresceu o peso do

rombo das aposentadorias rurais, que atingiu R\$ 154,1 bilhões dos R\$ 2 65 bilhões em 2022.

O governo Lula reeditou a política de reajuste do salário mínimo acima da **inflação**, com variação real correspondente à evolução do **PIB** de dois anos antes. Dois terços dos benefícios variam em função do mínimo e um aumento de R\$ 1 acarreta gasto adicional previdenciário de R\$ 350 milhões. O gasto é um pouco menor porque a arrecadação também aumenta com a majoração do salário de referência. O economista Fabio Giambiagi estimou um aumento de R\$ 10 bilhões nas despesas com essa política, que, em progressão geométrica, ao fim de 10 anos, subirão R\$ 550 bilhões a valores de hoje, isto é, metade da economia prevista com a reforma de 2019.

Outro sorvedouro de recursos da Previdência foi a criação, em 2008, do Micro Empreendedor individual (MEI), com contribuições muito abaixo dos benefícios, cujo rombo se manifestará alguns anos à frente. Estudo de economistas da FGV Ibre mostrou que o regime especial erra o foco, ao dar benefícios a pessoas que auferem renda maior do que a média do país e tem escolaridade superior a ela. Desde que foi criado, o número de empresas no país saltou de 750,2 mil para 3,9 milhões (2022), 74,6% delas como MEI. Os beneficiários passaram de 44,2 mil em 2009 a 14,8 milhões em 2022, nada menos de 15% da população ocupada. Sua contribuição é de apenas 5% do salário mínimo, quando comparada a 20% dos empregadores formais e até 11% dos trabalhadores formais e de pelo menos 8% dos empregados autônomos.

Contribuirá para reduzir as receitas e ampliar o déficit a decisão do Congresso de reduzir os encargos previdenciários de prefeituras com até 152 mil habitantes, de 20% para 8% até 2027. Cerca de 4.000 municípios serão beneficiados, após o Senado prorrogar uma MP excluindo o trecho a proposta do Executivo de reduzir a queda das alíquotas a 14%, com 2% de acréscimo anual até 2027, e restringir os municípios àqueles com até 50 mil habitantes e renda per capita de R\$ 3.895.

Os fatores estruturais também tomam o fechamento das contas difícil. A taxa de fertilidade caiu bastante e estabilizou em torno de 1,7% ao ano, enquanto o envelhecimento da população está sendo mais rápido que o previsto. A informalidade continua muito alta: 38

milhões de pessoas, ou 40% da mão de obra ocupada. Apesar de não contribuírem integralmente, ou simplesmente não contribuírem com a previdência, essas pessoas terão direito aos benefícios do Loas, de um salário mínimo, se tiverem 65 anos e renda familiar de um quarto do mínimo. Não há saída fácil para o equilíbrio da previdência, e o sistema contributivo, como o brasileiro, está em xeque mesmo nos países ricos. Entretanto, um grande passo para garantir a sustentabilidade do sistema seria equalizar os benefícios de todos os participantes.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187843?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187843?page=1§ion=1)**

Vale a pena fazer empréstimo para organizar a vida financeira?

ANA CAROLINA MANZZI

A desorganização financeira é um problema cultural no Brasil. De acordo com uma pesquisa da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil), cerca de 48% dos brasileiros não controlam o próprio orçamento e, mesmo entre os que cuidam das finanças, apenas um terço planeja o mês com antecedência.

É aí que começa o ciclo do endividamento e, uma vez endividado ou até mesmo com o nome sujo, encontrar uma forma de sair dessa situação é essencial.

Muitas pessoas acabam recorrendo aos empréstimos como meio de solucionar o problema. Nesse cenário, especialistas ouvidos por O DIA explicam a importância da educação financeira, vantagens de contrair um empréstimo e maneiras de evitar o efeito "bola de neve".

Segundo a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), os brasileiros ficaram mais endividados e mais inadimplentes na passagem de fevereiro para março. A proporção de famílias com contas a vencer passou de 77,9% em fevereiro para 78,1% em março, aponta a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic).

O levantamento considera como dívidas as contas a vencer nas modalidades cartão de crédito, cheque especial, carnê de loja, crédito consignado, empréstimo pessoal, cheque pré-datado e prestações de carro e casa.

A fatia de consumidores com contas em atraso também aumentou, passando de 28,1% em fevereiro para 28,6% em março. A parcela de famílias que afirmaram não ter condições de pagar as dívidas atrasadas, permanecendo inadimplentes, avançou de 11,9% em fevereiro para 12% em março. O resultado ainda é mais elevado do que o de março de 2023, quando 11,5% estavam nessa situação.

Os dados também apontam que os mais pobres são os que puxam essa alta no endividamento e na inadimplência.

No grupo com renda familiar mensal de até três salários mínimos, a proporção de endividados subiu de

79,2% em fevereiro para 79,7% em março.

Quanto à inadimplência, no grupo com renda familiar mensal de até três salários mínimos, a proporção de famílias com dívidas em atraso subiu de 35,8% em fevereiro para 36,4% em março.

De acordo com a avaliação da CNC, "esse resultado revela maior demanda das famílias por crédito, aproveitando o menor custo com juros".

EMPRÉSTIMO É SOLUÇÃO?

Dados do Banco Central mostram que as concessões de empréstimos no Brasil encerraram 2023 com avanço de 4,7% em relação ao ano anterior, depois de um salto de 7,8% em dezembro.

Para o especialista em finanças e investimentos Hulisses Dias, recorrer a um empréstimo pode ser uma solução, mas só é atrativo quando as taxas de juros são significativamente mais baixas do que as taxas de juros das dívidas existentes.

"Se o empréstimo oferecer condições de pagamento mais favoráveis, como prazos mais longos e parcelas mensais menores, se torna uma boa opção.

Quando se tem várias dívidas, trocar essas dívidas por um único empréstimo com uma taxa de juros menor simplifica o processo de pagamento", aponta.

"Avaliar a viabilidade do empréstimo envolve calcular cuidadosamente o custo total do empréstimo (CET), incluindo taxas e encargos, e compará-lo com o custo total das dívidas existentes", acrescenta.

"Encarar como uma ferramenta temporária"

Educador financeiro e especialista da Barkus, Rodrigo Bernardo afirma que um aspecto crucial a ser considerado é a disciplina financeira. Segundo ele, contratar um empréstimo para quitar dívidas pode ser uma ferramenta eficaz de gestão financeira, desde que acompanhada por mudanças de hábitos e comportamentos que levaram ao endividamento inicial.

"Sem um compromisso firme em controlar os gastos, evitar novas dívidas e construir uma reserva financeira, há o risco de cair em um ciclo vicioso de

endividamento, tornando-se ainda mais difícil sair dessa situação. É importante encarar o empréstimo como uma ferramenta temporária para superar uma situação financeira desafiadora e não como uma solução definitiva e constante para problemas de dinheiro", explica Bernardo.

*

'As taxas de juros são influenciadas por diversos fatores'

A taxa básica de juros da economia, a Selic, vem acumulando sucessivas quedas. Na última reunião do Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom), ela foi reduzida de 11,25% para 10,75% ao ano, sendo a sexta consecutiva. Mas embora a Selic seja uma balizadora, Hulisses Dias ressalta que, até o momento, o custo dos empréstimos não caiu na mesma proporção.

"A inadimplência nas linhas de crédito mais arriscadas continua alta. Como o custo de captação para os bancos está menor, eles se aproveitam deste momento para ter um spread (ganhos na operação) maior e assim obter uma compensação pelo risco que estão expostos", afirma.

Já Rodrigo Bernardo explica que, mesmo que as quedas na Selic influenciem os juros dos empréstimos, nem sempre essa correlação é direta.

"As taxas de juros praticadas no mercado são influenciadas por diversos outros fatores, como a política de crédito dos bancos, o perfil de risco do tomador, a oferta e demanda por crédito, entre outros. Ao analisar as taxas de juros, é importante priorizar não apenas a taxa nominal, mas também o Custo Efetivo Total (CET), que engloba todos os encargos e tarifas do empréstimo, garantindo uma comparação mais precisa entre as diferentes ofertas de crédito", afirma.

Empréstimo pessoal, consignado e com garantia

O empréstimo pessoal é o mais comum. Nele, a instituição financeira concede o crédito sem exigir condições de como aquele dinheiro será gasto. É uma modalidade na qual uma instituição empresta uma quantia de dinheiro, que será paga em parcelas regulares ao longo de um período determinado.

"Geralmente, não é necessário fornecer garantias específicas (como um imóvel ou veículo), tornando-o uma opção acessível para muitas pessoas", explica Rodrigo Bernado.

O empréstimo consignado é uma forma de crédito na

qual as parcelas são descontadas diretamente da folha de pagamento do tomador do empréstimo, antes mesmo de ele receber o salário.

"Esse tipo de empréstimo é geralmente oferecido a **servidores públicos**, aposentados e pensionistas, garantindo ao credor uma forma de pagamento mais segura", diz.

Já o empréstimo com garantia exige que um bem seja dado como garantia para liberação do crédito, como um veículo, imóvel ou aplicação financeira. "Em contrapartida, a taxa de juros dessa modalidade é menor", ressalta Hulisses Dias.

Site: <https://flip.odia.com.br/edicao/imprensa/12264/15-04-2024.html>

Crise não afeta reforma tributária

» **EvanDRO Éboli**

O mal-estar posto entre o Palácio do Planalto e o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), nos últimos dias, não deverá respingar na regulamentação da **reforma tributária**, que pode ser retomada nesta semana (Leia mais na página 7). O desgaste entre o Executivo e o deputado ocorreu após a votação da manutenção da prisão de Chiquinho Brazão (sem partido-RJ), seguida de críticas de Lira ao ministro Alexandre Padilha, das Relações Institucionais.

O governo receia retaliações após essa desavença.

Em reunião com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na semana passada, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, discutiu os "pontos sensíveis" dos textos dos projetos que complementarão essa emenda constitucional e que serão enviados por Lula ao Congresso Nacional.

"Precisamos fechar alguns temas da reforma. Estamos nas últimas reuniões para preparar o despacho para o presidente. Vai sair do Executivo, vai passar pelo Congresso e vai sofrer todo tipo de sugestão, recomendação e pressão. A mensagem (enviada ao Congresso) é assinada pelo presidente. Tem pontos mais sensíveis. Importante que ele conheça antes de encaminhar", disse o chefe da Fazenda.

A crença de que Lira não irá travar a **reforma tributária** é extraída das próprias palavras do presidente da Câmara, que já anunciou como uma das metas de sua gestão concluir essa votação.

Outro aspecto que favorece o seguimento da PEC é que Lira voltou a ter boa relação com Haddad, após ela andar arranhada. Assim, o deputado não precisa fazer a interlocução com Padilha, seu "desafeto pessoal", como declarou na última quinta-feira.

Um terceiro fator é o interesse de boa parte do Congresso Nacional em concluir a **reforma tributária**, proposta que conta com lobby forte dos setores empresariais.

Esses segmentos chegaram a criar grupos de trabalho que funcionam dentro dos corredores da Câmara e elaboraram minutas de projetos de lei, de acordo com o interesse de cada grupo, para tentar influenciar as bancadas partidárias.

O advogado Pedro Merheb, que integra o núcleo de acompanhamento legislativo da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), não aposta que a rusga entre Lira e o Planalto irá interferir na conclusão da reforma.

"Sendo a **reforma tributária** uma causa reivindicada pelo próprio presidente da Câmara, é difícil que ela seja vítima de uma eventual retaliação por atritos com o governo. A regulamentação é permeada por desafios maiores, relacionados à própria dinâmica parlamentar, e nada indica que será uma tramitação pacífica", disse.

Em recente encontro com empresários, Lira declarou que os projetos de regulamentação da reforma serão "10 vezes mais discutidos" na Casa do que o texto principal propriamente dito. Antes do imbróglio com o governo, o presidente da Câmara acreditava que a regulamentação da reforma sairia ainda neste primeiro semestre, apesar do cenário eleitoral, com as disputas para prefeituras e câmaras municipais.

"Eu penso que a gente tem que resolver isso no primeiro semestre.

É factível. Vamos para o detalhamento (da reforma), o pente-fino, vamos separar "A" de "B", mas precisamos de tempo.

Não pode ser feito de afogadilho e não podemos passar de 2024", comentou Lira em março.

A Fazenda criou 19 grupos de trabalho para apresentar os projetos de regulamentação, trabalho que está sendo sistematizado pelo secretário Extraordinário da **Reforma Tributária**, Bernard Appy. O setor privado não teve assento nesses grupos, por isso criou os seus no Congresso, com o apoio dos deputados que presidem as frentes parlamentares dos segmentos diversos.

» Encontro com governadores

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSDMG), se reúne hoje com um grupo de governadores, e a pauta do encontro será o refinanciamento das dívidas dos estados com a União. Será colocada na mesa a discussão sobre a apresentação de um projeto de lei que revise os juros e reduza o valor da dívida, a partir da entrega de ativos estaduais, como ações de empresas públicas. O exemplo a ser seguido é a proposta que a equipe econômica do governo de Luiz

inácio lula da Silva, aliado a Pacheco, tem buscado fechar com o governador de Minas Gerais, Romeu Zema, do novo.

nesses acordos, a União exige contrapartidas dos estados, como investimentos em infraestrutura e educação.

Site:

<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/imprensa/5840/15-04-2024.html?all=1>

Congresso retoma discussão sobre cesta básica

» **RAFAELA GONÇALVES**

Um dos principais pontos da **reforma tributária** sobre o consumo, a cesta básica nacional, segue em aberto. As discussões sobre o tema serão retomadas nesta semana pelo Congresso Nacional, que deve decidir quais produtos terão isenção, quais terão alíquota menor e quais serão taxados normalmente.

O dispositivo complementar acabou se tornando um dos pontos mais polêmicos do novo regime tributário e um embate com a indústria de alimentos. O governo criou em março uma nova cesta básica, composta por alimentos in natura e minimamente processados.

O decreto estabelece que itens com mais de cinco ingredientes no rótulo, conservantes e aromatizantes artificiais, não devem fazer parte.

Inicialmente, o Senado havia criado duas listas de produtos, uma primeira com alíquota zero, para itens básicos e uma segunda lista chamada de cesta básica estendida, com alíquota reduzida para 40% da alíquota-padrão e mecanismo de cashback (devolução parcial de **tributos**) a famílias de baixa renda. A proposta também não teve definição.

A Associação Brasileira de Supermercados (Abras) entregou uma lista controversa sobre os itens que deveriam ser desonerados, incluindo foie gras (fígado gordo de pato ou ganso), bacalhau, trufas (fungos subterrâneos, ingrediente caro usado em pratos e doces requintados), camarões e lagostas.

Para a advogada tributarista Mariana Valença, do Murayama, Affonso Ferreira e Mota Advogados, a Abras está dando uma interpretação extensiva do decreto do governo.

"A cesta básica foi criada para garantir o direito humano à alimentação adequada e saudável, à saúde e ao bem-estar da população brasileira, devendo estar de acordo com as necessidades alimentares especiais e ser acessível do ponto de vista físico e financeiro, ou seja, devem ser incluídos os alimentos básicos consumidos pela maioria da população", destaca.

Valença definiu como crucial que haja um esforço para esclarecer critérios e diretrizes específicas para aplicação da cesta básica. "A fim de minimizar

conflitos e garantir uma interpretação consistente da lei por parte de todos os envolvidos, de modo a evitar interpretações extensivas, por exemplo, a pretensão de incluir alimentos de luxo no benefício. Um bom limitador seria criar valores de referências dos produtos", acrescenta.

Ao Correio, o presidente da Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (Abia), João Dornellas, entidade mencionada no documento da Abras, afirmou que a indústria não sugeriu nenhum alimento para a lista e apenas recomendou as diretrizes da Organização Mundial da Saúde (OMS), que devem considerar as tradições culinárias do Brasil, respeitando a cultura alimentar de cada região.

"Em nenhum momento propomos qualquer item, a nossa proposta é que a cesta básica a ser definida pela reforma leve em consideração as necessidades de energia para cada nutriente", afirma.

Ultraprocessados Também está em discussão na reforma um imposto seletivo que incida sobre bebidas alcoólicas, produtos para fumar, derivados ou não do tabaco, alimentos ultraprocessados e agrotóxicos.

Apelidada de "imposto do pecado", a tributação também enfrenta resistência do setor produtivo, e a indústria defende que não há evidências confiáveis disponíveis para tirar quaisquer conclusões sobre os riscos dos alimentos ultraprocessados e seus efeitos.

Dornellas criticou o "terrorismo nutricional" criado em torno do tema, visto que a definição do ultraprocessado é estipulada por formulações industriais feitas tipicamente com cinco ou mais ingredientes.

"Quando se fala em ultraprocessados se pensa em refrigerante, salgadinhos, bolacha, são itens do senso comum. As pessoas nem imaginam que muitos dos itens que elas consomem em casa vão ser enquadrados nessa categoria, como iogurtes, pão de forma, é muito amplo e querem colocar os ultraprocessados como um grande vilão", afirma.

O presidente da Abia citou o caso do México, que em 2014, subiu de 17% para 28% o imposto sobre bebidas açucaradas e alimentos ultraprocessados. "É claro que defendemos uma cesta básica com itens

naturais, mas a tributação imposta em outros países não fez com que a obesidade e o consumo diminuíssem. O México, por exemplo, continua em segundo lugar em sobrepeso no ranking da OMS. É uma prova de que querer tributar mais não é o caminho, culpando os ultraprocessados. Tributar ainda mais é aumentar o preço da comida para todos", defende.

[40/15-04-2024.html?all=1](#)

Rodrigo Petros, pesquisador de engenharia de alimentos da Universidade de São Paulo (USP), avalia que a proposta de qualificação de alimentos com base no nível de processamento e quantidade de ingredientes, conhecida como Nova, tem uma definição muito vasta, que inclui, por exemplo, alimentos como cereais matinais, pão integral e refeições vegetarianas.

"É baseada na suposição de que todos os alimentos fabricados comercialmente têm baixo valor nutricional, promovem ganho de peso e doenças crônicas nos consumidores, pois contêm açúcar, sal e aditivos", comenta.

Essa generalização, segundo ele, ignora benefícios comprovados por dietas escolhidas com a combinação correta de alimentos em todos os níveis de processamento.

Imposto zero

Lista de alimentos que devem ter isenção

- » Proteínas animais (carnes em geral), leite e laticínios, margarina, ovos de aves e mel natural
- » Produtos hortícolas, frutas e hortaliças
- » Café, chá, mate, especiarias e infusões
- » Trigo e milho, farinhas de trigo, milho, rosca e mandioca; demais farinhas de outros vegetais
- » Pães, biscoito, bolos e misturas próprias; massas alimentícias
- » Molhos preparados e condimentos
- » Açúcares, sal, óleos e gorduras
- » Arroz, feijão e outras leguminosas
- » Sucos naturais e água mineral
- » Castanhas e nozes (oleaginosas)

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/58>

Estudo mostra que menos da metade das empresas analisou impactos da reforma

Marcela Villar De São Paulo

Menos da metade das empresas brasileiras (46%) elaborou estudos para medir o impacto da **reforma tributária** em seus negócios. Entre aquelas que ainda não fizeram nenhum levantamento, boa parte (45%) aguarda a publicação das leis complementares que regulamentarão as novas regras dos **impostos** sobre o consumo, que devem ser enviadas nesta semana ao Congresso Nacional. É o que mostra a pesquisa "Tax do Amanhã", feita pela Deloitte com 172 companhias de seis setores diferentes, e obtida com exclusividade pelo Valor.

Das empresas que fizeram previsões, o grupo mais adiantado é aquele das companhias que têm algum tipo de benefício fiscal: 61% estudam mudar de endereço ou alterar a cadeia de suprimentos. O objetivo é manter a competitividade, por um receio de aumento na carga tributária, redução da margem e, conseqüentemente, aumento de preço para o consumidor.

Pelo estudo, a maioria das empresas (64%) pretende manter o modelo de operação. De modo geral, consideram que a reforma vai simplificar os **impostos** (78%), dar maior transparência sobre a carga tributária (59%) e reduzir a quantidade de obrigações acessórias (53%).

Entre as principais preocupações das participantes da pesquisa com a fase de transição da **reforma tributária** estão aumento de custos não previstos (41%), insegurança jurídica (39%), perda de incentivos (37%), de crédito (30%) e possível duplicação de **impostos** (29%).

Apesar de ainda haver necessidade de regulamentação, já é possível prever e planejar diversos cenários, afirmam especialistas da área. Um deles é saber lidar com o fim de grande parte dos incentivos fiscais, em 2032, quando acabar o período de transição entre os dois sistemas.

"Se vai mudar o tratamento de incentivos fiscais e eles tendem a terminar, já tenho que saber o que vou fazer, não preciso esperar a regulamentação. O efeito já é mensurável e as ações já são passíveis de serem estruturadas agora", afirma Luiz Rezende, sócio-líder de Consultoria Tributária da Deloitte.

Uma das regiões que voltou para o radar das empresas, pelo menos das que fizeram estudos de impacto, é a Zona Franca de Manaus (ZFM), que é hoje livre de IPI - que será extinto com a criação da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). O texto aprovado pelos parlamentares garantiu o diferencial tributário competitivo à região.

"A Zona Franca, pela localização geográfica e logística, era um tema não tão explorado, mas entrou no radar das empresas como alternativa. Ganhou um novo papel que pode ser interessante", afirma Gustavo Rotta, sócio de Tax da Deloitte.

Para o especialista, ainda não é momento para executar os planos, mas sim de definir "gatilhos". "Ter um plano pronto para executar quando adequado", diz. É difícil cravar, por ora, acrescenta, se haverá ou não aumento de carga tributária, pois é preciso considerar onde a empresa se encontra na cadeia produtiva.

"Como vai mudar o perfil do tributo para um de maior valor agregado e quem paga é o consumidor final, é preciso entender a cadeia e saber como o tributo se acomoda para poder recombinar agora, com mais flexibilidade. Porque depois que a conta chegar, vai ser mais difícil", afirma Rezende.

O motivo principal da "acomodação" de algumas empresas é justamente a espera das duas leis complementares. Mas essa postura mais passiva não é aconselhada por especialistas, ainda mais se levado em consideração que metade das 172 companhias ouvidas pela Deloitte tem faturamento acima de R\$ 500 milhões.

De acordo com o tributarista André Menon, sócio do Machado Meyer, é importante que as empresas entendam "o melhor e pior cenário". "É preciso que os contribuintes olhem para os textos e vejam até onde podem tolerar e o que deve ser feito para que haja engajamento do setor ou seja identificado algum problema concorrencial. É preciso saber o limite das discussões." Um cenário que já é possível prever, segundo o tributarista Diogo Teixeira, também do Machado Meyer, envolve o setor de serviços. Hoje a alíquota do ISS, que será substituído pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), é limitada a 5%. "Eles claramente vão ser mais tributados, mas existem

nichos que já possuem margens apertadas e teriam de repassar o tributo no preço. Só que se ele repassar, pode não ter cliente. Então ainda é um ponto de interrogação como eles vão lidar com a questão", diz.

A pesquisa da Deloitte também indicou que uma das maiores dificuldades das empresas hoje é encontrar profissionais qualificados (63%), mais do que entender a **legislação tributária** (40%). Segundo os sócios da Deloitte, o mercado agora precisa não só de tributaristas que entendam de **impostos**, mas que saibam usar e aplicar tecnologia a seu favor, testando cenários, além de estarem atualizados com as mudanças legais.

Mas o uso da tecnologia ainda é incipiente: apenas 12% das organizações que responderam ao levantamento usam inteligência artificial. O aspecto positivo é que, se houver aumento no orçamento delas, a prioridade é investir em tecnologias para área fiscal e tributária (46%), mais do que todas as outras categorias.

A **reforma tributária** do consumo vai extinguir cinco **tributos** - PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS - para criar o IBS, fonte de arrecadação dos Estados e municípios, e CBS, para a União. Há ainda o Imposto Seletivo, que incidirá uma única vez sobre a produção, extração, comercialização ou importação de produtos e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente. A intenção do governo é aprovar as leis complementares até o fim do ano.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187843>

O que é a grande transferência de riqueza, fenômeno que fabrica jovens bilionários pelo mundo

Na tradicional lista dos mais ricos do planeta divulgada no início do mês pela revista Forbes, uma tendência chama a atenção: há muitos rostos jovens e desconhecidos figurando entre as maiores fortunas.

Muitos deles sequer começaram a trabalhar ou escolheram suas carreiras, mas tiveram uma grande ajuda para estar ali: pela primeira vez desde 2009, todos os bilionários com menos de 30 anos listados no ranking da Forbes são herdeiros.

Dos 25 bilionários com 33 anos de idade ou menos que figuram no ranking, apenas sete construíram seus próprios impérios.

Para a Forbes, a presença massiva de jovens herdeiros é sinal de que está em curso um fenômeno há tempo preconizado no universo das finanças globais: a grande transferência de riqueza, período em que grande parte de todo o patrimônio dos ricos do mundo mudará de mãos para as próximas gerações.

A estimativa é de que, somente até o fim de 2029, mais de US\$ 8,8 trilhões sejam transferidos dos bilionários para seus jovens sucessores.

E não estamos falando só de dinheiro, mas também das empresas, explica o advogado Yuri Freitas, responsável pelo time de planejamento patrimonial para o Brasil do banco suíço UBS.

Ele comanda um grupo de especialistas que fica à disposição dos clientes donos de fortunas com uma função: ajudá-los a planejar o que fazer com seu patrimônio depois que eles morrerem.

Apesar da formação financeira e jurídica de Freitas, o trabalho dele e de sua equipe envolve mais habilidades do que cuidar dos números e conhecer leis.

Vai desde conversar com a família sobre o uso dos recursos por todos os parentes e agregados (quem pode usar o jatinho? quem pode emprestar o iate?) a sugerir regras para a contratação de familiares como funcionários e calcular o risco que novos casamentos podem representar para o patrimônio dos herdeiros.

A função inclui também mapear os objetivos de cada cliente para o seu patrimônio após a morte: como dividir empresas, obras de arte, embarcações, aeronaves e imóveis, entre outros.

A equipe de planejamento do patrimônio também ajuda a criar protocolos para questões delicadas que misturam laços familiares e dinheiro. O planejamento abrange aspectos íntimos da vida familiar, como o regime de bens se o cliente é casado, se tem filhos, se os filhos são casados, se moram no Brasil ou fora, por exemplo.

Para quem não é herdeiro de nenhuma grande fortuna, uma boa referência a esse universo é a série *Succession*, da HBO, que aborda o drama de uma família de bilionários.

Por mais caricata que a série seja, as famílias têm conflitos que se desenvolvem numa dinâmica de comportamento parecida, conta Freitas.

A BBC News Brasil reuniu especialistas, artigos e exemplos práticos para explicar o que é a grande transferência de riqueza e qual o debate em torno dos impactos negativos que esse nível de concentração de renda pode acarretar.

Preparação com comitês e psicólogos

Uma das etapas de um trabalho como o de Freitas é o de construir com a família dona da fortuna um protocolo familiar, de preferência antes do doador transmitir a herança aos filhos.

É quando o patriarca está bem e ativo que é importante tomar essas decisões para enfrentar conflitos lá na frente, diz o executivo da UBS.

Pesquisa realizada pela consultoria americana The Williams Group estima que 70% das transferências de riqueza nos Estados Unidos falham, e que 60% dessas falhas resultam em falta de confiança e comunicação entre os membros da família rica.

A família precisa ter regras de como lidar com o

patrimônio muito bem estabelecidas. E não estou falando só dos instrumentos jurídicos, como testamento, o contrato social da empresa, o acordo de acionistas , diz Freitas.

Estou falando do aspecto moral, por exemplo: como eu vou contratar um primo ou um sobrinho? Que requisitos ele ou ela tem que ter, que escolaridade? Quem pode usar o jatinho da família? , segue o especialista.

A criação do protocolo familiar para o planejamento da herança pode envolver a criação de comitês familiares para apresentar os investimentos e até de psicólogos e outros profissionais para mediar as conversas.

É muito comum que a discussão sobre a qualificação do executivo a ser contratado descaiba para: Ah, você contrata o seu filho e agora quer demitir o meu . A gente ajuda o cliente a construir esse protocolo , diz o executivo.

Em 15 anos de experiência na área, a percepção de Freitas coincide com o diagnóstico da revista Forbes: a grande transferência de fortuna global já está em curso de maneira acelerada, e os bilionários do Brasil e do mundo estão começando cada vez mais cedo a repassar seus patrimônios para a próxima geração.

Exemplo brasileiro

De tempos em tempos, cada geração de adultos herda das gerações anteriores o patrimônio acumulado por determinada família.

Como no exemplo brasileiro abordado pela Forbes: a Weg, multinacional que exporta para 135 países e é uma das maiores fabricantes de motores elétricos do mundo, foi cofundada por Werner Ricardo Voigt, bilionário que morreu em 2016.

Hoje, são bilionárias também as netas de Werner, Lívia Voigt, 19 anos, e sua irmã Dora Voigt, 26, que não participam ativamente do dia a dia da empresa.

Mas a riqueza fundada por Werner não enriqueceu apenas as duas netas: além de Lívia e Dora, outros 28 empresários têm a WEG como origem de sua fortuna. De acordo com a Forbes, os descendentes dos fundadores da WEG têm, juntos, um patrimônio de R\$ 85,53 bilhões.

Movimentos como o da família Voigt estão acontecendo e devem se acelerar, de acordo com as projeções dos institutos que acompanham as grandes fortunas.

Os números divergem, mas apontam para o mesmo

cenário: nas próximas duas décadas, trilhões de dólares devem passar das mãos de abastados baby boomers (nascidos em 1964 ou antes, nas duas décadas após o fim da Segunda Guerra Mundial) para as afortunadas próximas gerações de herdeiros millennials (nascidos entre 1981 e 1996) e geração Z (entre 1997 e 2013).

A empresa de pesquisa de mercado Cerulli Associates estima que US\$ 84 trilhões mudarão de mãos até 2045 - sendo US\$ 72,6 trilhões transferidos para herdeiros e US\$ 11,9 trilhões para filantropia.

Relatório do banco UBS sobre ambições bilionárias em 2023 aponta que, pela primeira vez na história do estudo, novos bilionários adquiriram mais riqueza por meio de heranças do que pelo empreendedorismo. Em um ano, um total de US\$ 150 bilhões foram obtidos por 53 herdeiros, enquanto 84 bilionários acumularam US\$ 140,7 bilhões por meio do empreendedorismo.

O UBS também estima que, nos próximos 20 a 30 anos, mais de mil bilionários de hoje transferirão mais de US\$ 5,2 trilhões a seus herdeiros.

Como calculamos esta estimativa? Apenas somando a riqueza dos 1023 bilionários que têm 70 anos ou mais hoje , diz o relatório.

Nos Estados Unidos, a estimativa é que a geração dos baby boomers retenha atualmente US\$ 95,9 trilhões dos US\$ 147,1 trilhões da riqueza das famílias dos EUA, segundo o Federal Reserve, o banco central dos Estados Unidos.

E por que essa geração que está envelhecendo tem tanto dinheiro para dar aos seus sortudos sucessores?

A riqueza excepcional resultante do boom da atividade empresarial desde os anos 90 estabeleceu uma base para gerações futuras de famílias bilionárias , segue o texto.

Choque de gerações

Nunca antes tanto dinheiro - em imóveis, terra, ações e espécie - mudará tão repentinamente de uma geração para outra, e nunca antes a próxima geração teve sentimentos tão diferentes sobre o futuro do planeta e o capitalismo em comparação a seus precursores , explica em artigo publicado no ano passado o banqueiro e filantropo sul-africano Ken Costa, autor do livro The 100 Trillion Dollar Wealth Transfer e uma das vozes mais contundentes a respeito do fenômeno.

A principal tese de Costa, ele mesmo um bilionário boomer , é que os jovens, excluídos da riqueza

desfrutada pelas gerações mais velhas durante tanto tempo, são desgostosos em relação ao capitalismo atual.

Mais do que isso, culpam com razão os boomers por destruírem o planeta numa corrida precipitada por riquezas a curto prazo. Os boomers, culpados, pioraram as coisas por serem arrogantes e resistentes à mudança, na visão de Costa.

Os Zennials [nome que ele criou para se referir aos jovens millenials, nascidos entre 1981 e 1996 mais os Gen Z, entre 1997 e 2013] herdarão recursos de capital, poder e influência, e a tecnologia será a ferramenta que utilizarão para implementar a sua filosofia, prevê.

Não há como escapar deste evento sísmico e, de fato, a transferência já começou e está acelerando rapidamente. E este evento não acontecerá isoladamente. Também criará um efeito cascata na economia, na tecnologia e na cultura. O que sairá dessas mudanças depende da nova geração.

O que espero é que eles alcancem um futuro financeiro estável e próspero, e acredito que é essencial que nós, boomers, ajudemos a concretizar isso, afirma Costa.

Preocupação com impostos

Há diversos motivos que levam os patriarcas e donos das grandes fortunas a apressarem cada vez mais a transferência de patrimônio para as novas gerações, e a principal delas é o medo de pagar mais impostos.

Nos Estados Unidos, a doação de heranças em vida é isenta de impostos até um limite de US\$ 12 milhões; sobre o que extrapolar esse limite, as alíquotas chegam a 40% sobre o valor doado.

É quase metade do patrimônio que acaba sendo pago em impostos. Então, o estudo de estruturas e estratégias para suavizar essa transmissão sempre foi uma preocupação que habitou o imaginário desses executivos, diz Freitas.

No Brasil, a pressão dos impostos sobre as grandes fortunas e heranças sempre foi mais branda que a da maioria dos países e exigiu menos planejamento dos bilionários - com muitas opções para que os muito ricos acumulassem rendimentos ao longo da vida com pouca tributação.

No ano passado, o governo agiu para acabar com a vantagem concedida em algumas aplicações onde era possível adiar o pagamento de impostos que são devidos quando se aplica o dinheiro.

Até o final de 2023, era muito comum que o cliente tivesse um fundo multimercado exclusivo dele e esse fundo só pagava imposto no momento de uma amortização, de um resgate. Então você tinha ali uma estrutura que ficava 10, 15 anos, só rentabilizando sem pagar imposto, diz o executivo do UBS.

A reforma tributária de 2023 mudou um pouco o cenário na tributação de heranças, principalmente ao prever potencial aumento da alíquota do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD), conhecido como o imposto das heranças.

Atualmente, o ITCMD é estadual e possui alíquotas que variam entre 4% e 8%. A cobrança é diferente em cada Estado brasileiro. Em São Paulo, a alíquota é de 4%. Em Minas Gerais, de 5%. Já o Rio de Janeiro prevê seis alíquotas progressivas de 4% a 8% à medida que a herança aumenta.

A reforma estabelece que o imposto será obrigatoriamente progressivo, - ou seja, quanto maior o valor da herança ou doação, maior será a alíquota aplicada.

O Estado de São Paulo pratica uma alíquota de 4% historicamente, e a expectativa é que em algum momento a Assembleia Legislativa se mova para aumentar essa alíquota. Então, muita gente vê muitas transmissões de patrimônio acontecendo ou se acelerando por conta disso, explica Freitas.

Em seu segmento de planejamento patrimonial do UBS, nunca houve tanta demanda de clientes brasileiros por informações e atendimento a respeito das novas regras de herança, doações e temas relacionados como no ano passado, por causa da reforma tributária, diz Freitas.

Foi o ano mais desafiador da minha carreira. Quando você tem uma reforma que muda toda a regra, e realmente mudou, o baby boomer precisa entender as novas regras, que são complexas, e rever as decisões. Tudo isso vai pressionando ele [a acelerar os planos], diz.

O assunto do ano passado foi reforma tributária, e o deste ano são os ajustes que se tem que fazer para por conta da reforma tributária, aponta Freitas.

Bom para quem?

Essa nova leva de jovens herdeiros bilionários prevista para as próximas décadas ocorre em um momento da história em que a concentração de renda nas mãos de poucas famílias piora a vida da maioria das pessoas do mundo.

O relatório Desigualdade S/A , divulgado no início do ano pela Oxfam, aponta que a riqueza dos cinco maiores bilionários do mundo dobrou desde 2020, enquanto a de 60% da população global - cerca de 5 bilhões de pessoas - diminuiu nesse mesmo período.

Enquanto sete em cada dez das maiores empresas do mundo têm bilionários como CEOs ou principais acionistas, apenas 0,4% das mais de 1.600 maiores e mais influentes empresas do mundo se comprometeram publicamente com o pagamento de salários dignos a seus trabalhadores.

O impacto de tanta desigualdade de renda é gritante, destaca a publicação.

A década de 2020, que começou com a covid-19 e depois assistiu à escalada de conflitos, à aceleração da crise climática e ao aumento do custo de vida, parece estar se transformando em uma década de divisão , diz o documento.

A pobreza nos países de renda mais baixa é ainda maior do que era em 2019. Em todo o mundo, os preços estão ultrapassando os salários, e centenas de milhões de pessoas têm dificuldades , alerta o texto.

Daniel Duque, pesquisador da área de economia aplicada do FGV Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas), explica que tal esforço dos super-ricos em repassar seus bens para as próximas gerações pode ser uma reação às recentes iniciativas de diversos países de debater e implementar modelos mais progressivos de tributação - após décadas de alíquotas que foram generosas com os bilionários.

Movimento que cresceu fomentado principalmente pela visibilidade dada ao trabalho do economista francês Thomas Piketty, que defende reparos ao sistema capitalista capazes de interromper esse processo de concentração de riqueza.

Está havendo um movimento em diversos países de haver uma tributação maior sobre grandes fortunas, o que gera uma pressão sobre os super-ricos de passar logo para a próxima geração , diz Duque.

Outro debate que pode pressionar esse público é o que ocorre no G20 em torno da criação de um tributo global sobre grandes fortunas, proposta apresentada ao grupo em fevereiro pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, durante encontro em São Paulo.

Um tributo como esse tornaria muito mais difícil para os super-ricos gerarem essa herança sem tributação. Porque até então, quando se cobrava um imposto,

eles migravam o dinheiro para outro lugar , aponta o pesquisador.

Tanta concentração de renda traz riscos econômicos e políticos para o planeta, diz o Duque, bem como a assimetria de oportunidades, bastante desfavorável para quem tem menos dinheiro.

Um dos principais riscos é como lidar com o poder tão concentrado nas mãos de tão poucos. Antigamente, a capacidade de os mais ricos influenciarem a política era mais limitada, com menos capacidade de ação nos meandros do poder. Com uma concentração alta, isso começa a mudar e se vê indivíduos que conseguem mudar rumos , diz ele.

O que pensam os jovens herdeiros?

Como em todo debate geracional, profissionais de todas as áreas têm se debruçado para tentar prever o comportamento desses jovens herdeiros e as mudanças que eles causarão no mundo dos negócios.

Principalmente os bancos, que correm o risco de perder os clientes cujo patrimônio tão vultoso eles ajudaram a construir e compartilharam por décadas.

O que se sabe é que os bilionários da nova geração são mais conectados socialmente, mais digitais e, pelo menos no discurso, se importam mais do que os pais sobre o impacto positivo que os seus investimentos terão no planeta, tanto no clima quanto socialmente.

Relatório da consultoria EY estima que investidores millenials têm o dobro da disposição em investir em empresas ou fundos que busquem transformações sociais e ambientais.

Além disso, 17% dos millenials dizem querer investir em companhias que adotam práticas de ESG de alta qualidade, comparados a 9% entre investidores não-millenials.

No UBS, a equipe de wealth management realiza há anos uma série de eventos e programas voltada a atender aos investidores next gen , como são chamados os herdeiros de fortunas.

No Brasil, o banco criou em 2019 um encontro de troca de experiências exclusivamente voltado para herdeiros. Ali a gente trouxe alguns herdeiros falando para outros herdeiros sobre temas como inovação no negócio familiar, governança familiar, family office , afirma Freitas.

Nota-se diferenças comportamentais: se os baby boomers apreciam o sigilo e a privacidade de uma relação formal e de confiança com o consultor do

banco, os jovens gostam de mais interação com seus pares.

Ele vê o banco como um lugar que pode proporcionar para ele contato com outros empreendedores e pode abrir portas com pessoas com outros clientes , diz Freitas.

No programa para sucessores seletos de patrimônio mais elevado, há até uma comunidade global criada pelo banco especialmente para a convivência entre herdeiros do mundo todo, onde eles compartilham dicas, eventos e relações para além das mediadas pelo banco.

Dá para esperar que os bilionários gerarão mudanças positivas para o mundo - que sofre, entre outras questões, com a enorme concentração de renda na mão de poucas famílias?

O relatório do UBS pontua que, embora existam vários casos bem divulgados de empresários bilionários que prometem doar grande parte de suas fortunas à filantropia, é menos conhecido o fato de que entre herdeiros essa intenção seja mais reticente.

Embora mais do que dois terços (68%) dos bilionários da primeira geração tenham declarado que seguir seus objetivos filantrópicos e gerar impacto no mundo tenha sido o objetivo principal de seu legado, menos de um terço (32%) das gerações herdeiras expressou a mesma intenção , diz o estudo.

Na experiência do UBS, as gerações sucessoras são muitas vezes relutantes em doar dinheiro que não ganharam e, em alguns casos, elas podem simplesmente continuar investindo nas eventuais fundações existentes na família.

No entanto, há uma tendência para investir ou gerenciar negócios de maneira que abordem questões ambientais e sociais, tanto para fins comerciais como fins altruístas , aponta o relatório.

A pesquisa do banco ouviu alguns desses herdeiros.

Por mais que meu pai trabalhasse em petróleo, gás e mineração, estou tentando mudar todo o negócio para assuntos relacionados à tecnologia, áreas que têm menos impacto no meio ambiente , explicou um bilionário de segunda geração ao estudo.

Mas eu não vou vender todos esses negócios em um dia. É uma jornada que comecei há vários anos, quando assumi negócios da família.

Relações familiares e poder

Outro fator que apressa o planejamento da sucessão entre bilionários, para Freitas, é a pressão crescente dos mercados nas últimas décadas por mais transparência, regulação e compliance (conjunto de práticas para garantir o cumprimento de regras legais e éticas definidas pelos Estados ou pelas próprias empresas).

Segundo o executivo do UBS, no setor bancário, a regulação de compliance nos últimos 30 anos passou a cobrar muito mais transparência, com contatos frequentes por e-mail. O baby boomer que já construiu a sua fortuna gosta do papel, ele gosta da presença física , diz ele.

No caso dos baby boomers brasileiros, o apego ao controle de todas as decisões financeiras e operacionais relacionadas ao patrimônio é ainda mais marcante, diz Freitas.

Mesmo quando faz sentido do ponto de vista tributário um projeto de passagem de bastão, por exemplo, o projeto não acontece se você não tiver o patriarca engajado , afirma, citando um exemplo fictício.

Às vezes, ele até diz que está engajado, mas quando chega na hora de falar você deixa de ser executivo da empresa e vai passar para o conselho de administração , ele topa, mas está ali no chão de fábrica todo dia, vendo tudo de perto .

Como imaginar que, tão habituados ao controle de todo seu patrimônio, tais bilionários baby boomers estejam cedendo tão rapidamente o poder às próximas gerações, como sugere a grande quantidade de jovens listados pela Forbes?

Há muitos recursos para manter o poder mesmo após a doação dos ativos, explica Freitas. Um deles é a reserva de usufruto, que prevê que o dono fundador mantenha o poder político sobre aquele patrimônio.

No exemplo de uma empresa: eu doe as ações, já recolhi o imposto sobre herança, mas eu reservei o usufruto político e econômico: o que significa que eu ainda mando e ainda posso receber o rendimento , explica.

Existe também a cláusula de incomunicabilidade da herança, que é prevista no Código Civil para possibilitar que bens herdados ou doados não sejam transmitidos ao cônjuge - para que o ativo não se contamine com patrimônio do agregado, da nora, do genro , diz Freitas.

O que significa que, embora abastadíssimos, com um futuro promissor e cheio de regalias, estar na lista da Forbes não significa que a nova geração já esteja

integralmente no comando.

Muitos dessa nova geração são muito ricos, mas quando você olha de perto, têm pouco poder de decisão , conclui o executivo da UBS.

Site: <https://www.terra.com.br/economia/o-que-e-a-grande-transferencia-de-riqueza-fenomeno-que-fabrica-jovens-bilionarios-pelo-mundo,abdb4e2b582c3d892d3153d18921f2aep9as3ht8.html>

Empresas pressionam por créditos do IVA

ALVARO GRIBEL BIANCA LIMA BRASÍLIA

Às vésperas de o governo federal enviar ao Congresso os projetos de lei que vão regulamentar a **reforma tributária**, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca) defendem que a restituição dos créditos gerados pelo novo Imposto sobre Valor Agregado (IVA) aconteça em no máximo 30 dias, a contar do pedido feito pelas empresas.

Isso porque o IVA tem como princípio a não cumulatividade plena, a fim de evitar a chamada tributação em cascata - ou seja, cada setor da cadeia só pagará imposto efetivamente sobre o valor que adicionou ao produto. Assim, **tributos** pagos em insumos, por exemplo, viram crédito e serão devolvidos às empresas.

O Ministério da Fazenda diz que o texto ainda está sendo finalizado, mas a proposta original do Centro de Cidadania Fiscal (CCiF), fundado pelo atual secretário extraordinário da **Reforma Tributária**, Bernard Appy, falava em um prazo de até 60 dias.

Segundo o superintendente de economia da CNI, Mário Sérgio Telles, a PEC aprovada pelo Congresso já fala em restituição imediata desses créditos, mas a definição desse prazo acontecerá agora, por meio das leis complementares.

"A PEC garante restituição imediata, mas agora será definido o prazo. Defendemos que seja em no máximo 30 dias. Se é apurado em um mês, é preciso que a restituição aconteça em até um mês após o pedido da empresa", afirmou Telles.

"Nossa posição também é de 30 dias. É um prazo razoável", completou Pablo César, presidente-executivo da Abrasca.

PUNIÇÃO. Além do menor prazo de ressarcimento, empresas também pleiteiam que a nova **legislação tributária** preveja mecanismos para "obrigar" o poder público a realizar o pagamento dos créditos - o chamado "enforcement", na expressão em inglês.

"Muito mais importante do que a discussão do prazo para a devolução dos créditos é a previsão expressa na lei de uma sanção caso isso não ocorra. É preciso que se tenha preocupação com a segurança jurídica dos contribuintes", afirma o tributarista Luiz Bichara, sócio do Bichara Advogados.

Proposta Setor também pede que legislação preveja mecanismos para "obrigar" governo a fazer devolução

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Pacheco e governadores buscam proposta coletiva para dívidas

ALESSANDRAMELLO

Os governadores dos estados mais endividados do Brasil, entre eles Minas Gerais, se reúnem hoje, em Brasília, com o presidente do Congresso Nacional, senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) para tratar da renegociação de consenso sobre os débitos com a União. Além de Romeu Zema (Novo), devem participar do encontro Cláudio Castro (PL-RJ), Tarcísio de Freitas (PL-SP), Eduardo Leite (PSDB-RS) e Ronaldo Caiado (União Brasil-GO).

O saldo devedor acumulado dos estados atinge a cifra de R\$ 740 bilhões. Desse montante, esses cinco estados devem R\$ 690 bilhões. O encontro será na residência oficial do Senado, na hora do almoço. O objetivo, segundo Pacheco, é construir uma proposta coletiva para a dívida dos estados que seja "madura politicamente e possível matematicamente". O texto terá que tramitar no Senado e na Câmara dos Deputados.

O Ministério da Fazenda chegou a apresentar uma proposta que prevê a cobrança de juros menores da dívida dos estados que fizerem mais investimentos no ensino médio técnico. No entanto, ela não contempla a demanda dos governadores que se reúnem com Pacheco, que tem liderado as discussões, para tentar bater o martelo em torno de uma contraproposta coletiva.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que está em Washington (EUA) para a reunião do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial, prevista para acontecer entre hoje e sexta-feira, disse, que assim que retornar ao Brasil, espera receber a proposta final dos estados para finalizar o projeto a ser enviado ao legislativo. Haddad disse estar aberto a soluções para a dívida dos estados, desde que a renegociação não prejudique as contas da União.

A ideia dos governadores é conseguir a revisão dos juros e uma amortização maior da dívida com a União a partir da entrega de ativos estaduais, entre eles empresas públicas. Eles também vão propor a redução do indexador dos juros e a possibilidade de as contrapartidas serem também em forma de obras de infraestrutura.

Para Rodrigo Pacheco, é preciso haver flexibilidade

para que os estados possam oferecer outras contrapartidas de acordo com suas necessidades. O presidente do Senado defende ainda que a renegociação ocorra nos moldes do Programa de Recuperação Fiscal (Refis) feito pelo governo federal, em que são aplicados descontos nas multas e nos juros de dívidas com a União de empresas que pagarem em um prazo menor.

Não é certo ainda se Minas Gerais será representada na reunião de hoje por Romeu Zema ou pelo vice-governador Mateus Simões (Novo). Na quinta-feira (11/04), o governador cancelou seus compromissos por suspeita de dengue. Ele não divulga sua agenda com antecedência.

mais prazo

Enquanto aguarda a solução definitiva para a dívida de aproximadamente R\$ 160 bilhões do estado com a União, o governo de Minas protocolou, no dia 12/4, um pedido de prorrogação da medida ao Supremo Tribunal Federal (STF) que suspende o pagamento da dívida do estado com a União. Por meio da Advocacia-Geral do Estado (AGE), o governo acionou a corte solicitando mais seis meses para que o projeto de renegociação dos débitos seja costurado junto ao Ministério da Fazenda e tramite no Congresso Nacional.

Em 2018, ainda na gestão de Fernando Pimentel (PT), o governo estadual conseguiu junto ao Supremo Tribunal Federal o direito de suspender o pagamento das parcelas da dívida bilionária de Minas com a União. O prazo de validade da medida ia até o último 20 de dezembro, mas Zema conseguiu a prorrogação por quatro meses diante da justificativa de que uma negociação dos débitos estava sendo estudada com a mediação do de Pacheco. A nova prorrogação vence em 20 de abril, motivo pelo qual o estado tenta nova prorrogação do período até outubro.

Além da proposta de Rodrigo Pacheco, outros projetos para a resolução das dívidas já tramitam no Congresso Nacional. Uma delas, de autoria do deputado federal Reginaldo Lopes (PT), inclui medidas para alterar o indexador do débito e atrelar-lo ao **PIB** dos estados e impõe limites para a federalização. O outro, de autoria do deputado federal Aécio Neves (PSDB-MG), proíbe a federalização de estatais e

propõe mudanças na indexação da dívida e aumenta o prazo para seu pagamento.

RANKING INCÔMODO

Com débitos quase 70% superiores à receita, a dívida de Minas com a União só não é pior que a do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul, que já aderiram ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF). Segundo o Tesouro Nacional, Minas aparece na terceira posição, com 168% de sua arrecadação comprometida pela dívida com a União. Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul têm comprometimento de 188,41% e 185,4%, respectivamente. São Paulo vem na sequência, com o índice de 127,92% e fecha o grupo de estados com débitos em cifras superiores à receita.

Site:

<https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo/?edicao=11052>

Volatilidade nos mercados deve aumentar

Srinivasan Sivabalan, Ye Xie e Thyagaraju Adinarayan
Bloomberg

Os mercados financeiros começam a semana inquietos a respeito da geopolítica, pois muita coisa depende de saber se o ataque sem precedentes do Irã contra Israel no fim de semana provocará rodadas de retaliação.

Os investidores já estão incomodados com a **inflação** persistente e a perspectiva de que os juros continuem mais elevados por mais tempo, e a escalada da crise no Oriente Médio deve injetar mais volatilidade na retomada das operações.

Quando o Hamas atacou Israel, em outubro, o maior temor para muitos participantes do mercado era que o Irã acabasse arrastado para a guerra. Hoje, à medida que o conflito se amplia, muitos deles dizem que o preço do petróleo pode passar de US\$ 100 por barril e esperam uma fuga para Treasuries, ouro e dólar, assim como novas perdas no mercado de ações.

Um salto no nervosismo ainda pode ser amenizado pela fuga para a segurança nos mercados ocorrida na sexta-feira, já na expectativa de um ataque, pela declaração do Irã de que "o assunto pode ser considerado encerrado" e pela notícia de que o presidente dos EUA, Joe Biden, disse ao primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, que os EUA não apoiarão um contra-ataque israelense contra o Irã.

"Em momentos como este, a reação natural dos investidores é ir atrás de ativos que são considerados portos seguros", disse Patrick Armstrong, diretor de investimentos da Plurimi Wealth. "De certa maneira, as reações dependerão da resposta de Israel. Se Israel não intensificar o conflito a partir daqui, isso pode oferecer uma oportunidade para comprar ativos de risco a preços mais baixos." O bitcoin ofereceu uma primeira noção do sentimento do mercado. A criptomoeda afundou quase 9% depois dos ataques de sábado, apenas para se recuperar no domingo e ser negociada perto da marca de US\$ 64 mil.

Os mercados de ações da Arábia Saudita e do Catar registraram perdas modestas, com volumes de negociação fracos. O índice de referência das ações de Israel oscilou entre ganhos e perdas pelo menos nove vezes antes de fechar com um pequeno ganho.

"Os mercados do Oriente Médio abriram em relativa calma após o ataque do Irã, entendido como uma

retaliação comedida, e não como uma tentativa de escalada", afirmou Emre Akcakmak, consultor sênior da East Capital em Du-bai. "Contudo, o impacto no mercado pode se estender para além do Oriente Médio por causa de seus efeitos secundários sobre os preços do petróleo e da energia, o que tem o potencial de influenciar o panorama mundial da **inflação**." Agora os investidores vão analisar o risco de que aconteça um ciclo de ataques e contra-ataques, e muitos tomam o petróleo como um guia sobre como reagir. O Brent já subiu quase 20% este ano e é negociado acima de US\$ 90 por barril.

O conflito no Oriente Médio ainda não teve nenhum impacto na produção, mas os ataques dos militantes houthis, apoiados pelo Irã, no Mar Vermelho tumultuaram o transporte marítimo de carga. Operadores temem que uma ampliação do conflito possa interromper o tráfego de petroleiros que saem do Golfo Pérsico e têm de passar pelo Estreito de Ormuz.

As preocupações com a turbulência na região também se espalharam pelos mercados mundiais. O S P 500 está saindo de sua maior queda semanal desde outubro como consequência de uma **inflação** nos EUA mais alta do que se esperava e dos ganhos decepcionantes dos bancos americanos.

No mercado de bônus, os operadores vão avaliar o risco de que as contas de energia mais altas reforcem a espiral dos temores inflacionários. Embora os Treasuries tendam a se beneficiar em épocas de incerteza, a ameaça de que as taxas de juro permaneçam elevadas pode limitar movimentos.

Enquanto isso, o ouro está em alta e já ganhou 13% este ano, com o que atingiu um recorde de mais de US\$ 2.400 por onça-troy. Os investidores também têm procurado a estabilidade do dólar. Um índice da moeda subiu 1,3% na semana passada, seu melhor desempenho desde o fim de 2022.

Gonzalo Lardies, gestor sênior de fundos de ações do Andbank, diz que um novo ambiente de incerteza está se abrindo, mas lembra que, na sexta-feira, o mercado já embutia parcialmente essa situação nos preços. Por isso, se o quadro não piorar, o impacto não deve ser muito forte, avalia. "O risco é que, se essa situação se agra- var, ela se propague pela região." Erik Meyersson, estrategista-chefe de mercados emergentes do SEB, diz que, no momento, seus analistas da área do petróleo não veem muitos indícios

de um prêmio de risco geopolítico nos preços da commodity. "Nossa expectativa é que isso seja um reflexo das percepções do mercado de que, até agora, os riscos de escalada são baixos. É provável que este equilíbrio seja posto à prova se Irã e Israel continuarem a atacar um ao outro." Alfonso Benito, diretor de investimentos da Dunas Capital, diz não esperar quedas acentuadas, dada a forma como Israel se defendeu. "Deveríamos ver empresas da área de defesa, petróleo e gás em alta, enquanto companhias aéreas podem ter baixas. Os bônus vão subir, mas não creio que de forma excessiva. Os investidores poderiam aproveitar para corrigir parcialmente as altas dos últimos meses." Geoff Yu, estrategista sênior para mercados da Europa, Oriente Médio e África do BNY Mellon em Londres, diz que há margem para maior acumulação de dólares, mesmo com as compras recentes. "Nossos clientes seguem "overweight" (acima da média) em euro, dólar canadense e algumas moedas de "carry" elevado, como o peso mexicano. Portanto, é aqui que ficamos atentos à rotação em favor do dólar."

"Em momentos como este, a reação natural dos investidores é ir atrás de ativos que são considerados portos seguros" Patrick Armstrong

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187843>

O que acontece quando todo o mercado faz a mesma aposta

Análise Victor Rezende De São Paulo

A ansiedade deu lugar à aflição, e esta se transformou em angústia nos mercados financeiros ao longo da semana passada. Gigante, a confiança dos agentes foi completamente abalada, o que ficou claro nos gráficos de qualquer ativo financeiro local ou externo: bolsa, juros, moedas...

Os sinais cada vez mais concretos de reaceleração da **inflação** nos EUA tiraram o chão do mercado, que apostava que as coisas andariam para o lado oposto. Todo mundo estava alocado nessa aposta. A reprecificação no mercado, que passou a jogar os cortes de juros do Federal Reserve (Fed) cada vez mais adiante, não foi trivial.

Resumir a semana é fácil: a **inflação** nos EUA ficou bem acima do esperado; os juros subiram; o dólar saltou; as bolsas caíram. Mas como chegamos a isso? Na virada do ano, a história era de cortes de juros nos EUA que começariam em março, totalizando seis ou sete reduções de 0,25 ponto percentual. Já no primeiro bimestre ficou claro que em março não daria mais para iniciar o ciclo, que passou para junho. Em abril, novo choque de realidade.

A história, agora, é diferente e afeta os mercados como um todo. As opiniões sobre o início do ciclo do Fed estão díspares. Nas apostas de bancos e consultorias, que têm errado constantemente, julho, setembro e dezembro estão no páreo. Há quem fale só em 2025. E, como risco de cauda, novas altas de juros voltaram ao radar, algo impensável até há pouco - no início do mês, quando a diretora do Fed Michelle Bowman disse ver esse risco, o mercado ignorou por completo.

Mas não é só isso e é aí que o Brasil entra no jogo.

Na primeira semana de abril, foi possível observar uma "coincidência" no mercado. Diversas casas que mantinham em seus cenários projeções de Selic abaixo de 9% mudaram seus números exatamente para 9% neste ano. Foi um sinal amarelo, que na semana passada se tornou vermelho. Quando casas que já têm números acima de 9% passaram a elevar ainda mais suas projeções é porque o sinal emitido pelos preços do mercado, encarado com ceticismo e exagero por alguns players, pode estar mais próximo

do nível correto.

O Itaú Unibanco abriu a porta, ao mudar de 9,25% para 9,75%, e a Quantitas veio em seguida, ao passar seu número de 9,5% para 10%.

A sensação entre agentes era de que nada podia dar errado. Mas deu. Em conversas reservadas com gestores e estrategistas, o ambiente já estava "estranho" até antes da surpresa negativa com a **inflação** nos EUA.

O sentimento positivo da virada do ano se esvaiu, mas as posições não acompanharam. Enquanto o mercado manteve posicionamento mais construtivo, a **inflação** de serviços surpreendeu para cima no Brasil; a agenda econômica ficou - e continua - paralisada no Congresso; preços de commodities subiram e podem subir mais, a depender dos rumos dos conflitos no Oriente Médio; e há um temor fiscal que não se dissipa entre agentes econômicos, que continuam a mostrar ceticismo em torno do próximo presidente do Banco Central e de seu compromisso com a meta de **inflação**. O medo é perder a única "âncora" à qual o mercado tem se agarrado.

A angústia que predominou na sexta-feira pode se dissipar se a tensão no Oriente Médio não ganhar ainda mais escala. Mas os outros fatores de desancoragem permanecem e estão cada vez mais vivos.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187843>

Por que o Dólar está mais alto?

Écio Costa@eciocosta

O Dólar acelerou sua alta e chegou em R\$ 5,14 na semana passada. Apesar do Boletim Focus ter uma previsão que o dólar encerre o ano abaixo dos R\$ 5,00, essa semana foi de forte alta da moeda. O que está acontecendo? O Dólar vai continuar subindo? O que está por trás disso?

Primeiro, é preciso observar o que está acontecendo na economia americana. A economia americana vem muito aquecida, com uma **inflação** que está cedendo, mas ainda está cedendo num ritmo muito lento com um mercado de trabalho que continua bastante aquecido. Isso tem mexido com as decisões de juros por lá, retardando um processo de queda que se esperava que fosse ter início agora no primeiro semestre, mas que agora ficou para o segundo semestre. As taxas de juros estão no patamar mais alto dos últimos 20 anos, o que termina trazendo implicações na economia de lá, mas também em todo o mundo.

O Brasil não fica de fora disso. Os juros altos lá na economia americana tornam os títulos de dívida do governo americano bastante atrativos. Eles têm uma ótima classificação de risco e remunerando 5% ou mais com uma **inflação** de 3,5%, se tornam algo bastante interessante para investidores internacionais. Isso termina levando os investidores para esses títulos americanos, valorizando o Dólar em relação às demais moedas. Esse é um componente bastante importante. Mas além disso, o Brasil, tem seus próprios fatores que impactam para que o câmbio tenha essa elevação de agora. As taxas de juros aqui estão no movimento contrário, de redução, apesar de estarem num patamar bastante alto, mas com uma **inflação** mais ou menos controlada. O movimento leva à diminuição da remuneração dos títulos de dívida brasileiros, tornando-os menos atrativos.

Além disso, há uma preocupação fiscal muito grande aqui da economia, após déficits fortes nesses primeiros meses do ano e do déficit forte que aconteceu em 2023, levando a uma perspectiva de não cumprimento do déficit zero, a meta fiscal adotada para esse ano. Então, o cenário traz bastante risco para a economia brasileira e afugenta investidores para outros mercados. Esses dois fatores terminam impactando muito para que o dólar siga pressionado.

Além disso, o desempenho do setor exportador esse ano está abaixo do nível recorde obtido em 2023. Os

dados apresentados do saldo da balança comercial até o momento mostram uma desaceleração e, além disso, há uma previsão do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio de que o superávit esse ano não vai ser tão forte quanto foi do ano passado. Então, vai ter dólar entrando na economia, mas num montante menor, o que pode fazer também com que o dólar seja pressionado.

Os 3 principais fatores contribuem imensamente para que o câmbio esteja pressionado, trazendo vantagens adicionais para o setor exportador, mas preocupações domésticas, pois os preços dos produtos importados e daqueles que usam insumos importados pode aumentar, acelerando a **inflação** e interrompendo a trajetória de queda de juros da economia.

Site:

<https://impresso.diariodepernambuco.com.br/noticia/cadernos/economia/2024/04/por-que-o-dolar-esta-mais-alto.html>

Contratação de crédito aumenta, mas exige cautela

Leticia Lopes

O alívio no orçamento com a adesão ao programa Desenrola Brasil e as quedas sucessivas na taxa básica de juros têm levado famílias brasileiras a retomarem a contratação de empréstimos e financiamentos. Os bancos observam um aumento na procura por linhas de crédito, enquanto cresce também o assédio aos consumidores.

As ofertas, que chegam diretamente pelo celular, agilizam e facilitam a contratação, mas acendem o alerta entre especialistas: ainda é preciso prudência e cautela para evitar o endividamento.

Números do Banco Central (BC) compilados pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) dão conta de que a concessão de empréstimos para a compra de bens por pessoas físicas subiu 18% no acumulado em 12 meses até fevereiro, a maior alta registrada pelo país nos últimos cinco anos.

A procura se reflete no comprometimento do orçamento.

A última edição da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic/CNC) mostrou que o percentual de famílias com dívidas a vencer - o que inclui cartão de crédito, cheque especial, carnê de loja, crédito consignado, empréstimo pessoal e prestações de carro e casa - foi de 78,1% em março, acima dos 77,9% de fevereiro.

Além disso, depois de cinco meses em queda, o volume de famílias brasileiras inadimplentes, ou seja, com dívidas em atraso, voltou a subir, passando de 28,1% para 28,6%.

Economista da CNC, Izis Ferreira analisa que os resultados apontam para uma demanda maior das famílias por crédito, principalmente com um fôlego no orçamento após as renegociações do Desenrola.

Também influenciam o cenário o mercado de trabalho mais forte e a Selic mais baixa.

A analista ainda observa que, depois de um quadro de inadimplência com níveis recordes, principalmente na primeira metade do ano passado, as instituições

financeiras estão mais "seletivas". Mas a exposição dos consumidores ao crédito é maior e facilitada - com ofertas chegando por meio de aplicativos de bancos e por outras soluções digitais.

-O contexto é mais favorável em termos de custo de crédito, mas é um cenário de atenção. O endividamento continua alto e crescendo, e a exposição ao crédito aumentou, o que é um problema para quem tem uma dificuldade de gestão com o dinheiro o - diz Izis Ferreira.

Tendência de propostas mais baratas

De agosto de 2023 ao mês passado, o Banco Central reduziu a taxa básica de juros de 13,75% ao ano para 10,75%. Ela serve de baliza para as taxas praticadas pelo mercado. Por isso, com a redução, espera-se que o crédito fique mais barato para as famílias.

Mas o efeito não é instantâneo.

O gerente da Serasa Lucas Barleta explica que a forma como a taxa básica de juros está tendo redução não causa um impacto imediato na ponta, no crédito ao consumidor.

- As operações ainda não estão baratas. O movimento é de médio prazo - afirma.

Para se ter uma ideia, cálculos da Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (Anefac) mostram que, no cenário anterior, a taxa média de juros anual do cartão de crédito era de 416,30%, o que chegou a 414,10% com a redução da Selic (-2,20). Já a do empréstimo pessoal passou de 56,80% para 56,00% (-0,80), enquanto as taxas praticadas pelo comércio caíram de 85,40% para 84,50% (-0,90).

Na Caixa Econômica Federal, por exemplo, a contratação de crédito aumentou em cerca de 9% entre janeiro e março, na comparação com o último trimestre de 2023. Crédito consignado e antecipação do **Saque Aniversário** do Fundo de Garantia - linhas com risco de inadimplência menor, e, por isso, com taxas mais atraentes - são as mais buscadas.

Os bancos Santander e Itaú informaram ter identificado um aumento na procura de crédito nos

últimos meses, mas não especificaram um volume.

Prudência e paciência são fundamentais

Especialista em finanças pessoais e professora da Escola de Negócios da PUC-Rio (IAG), Graziela Fortunato analisa que, apesar de condições econômicas mais favoráveis, como juros baixando e **inflação** reduzida, as famílias continuam endividadas, principalmente as de baixa renda, mais vulneráveis.

- As taxas de juros baixaram, mas não estão baixas ainda. As pessoas não estão tão endividadas como antes, com débitos em atraso, mas seguem com o orçamento comprometido. É preciso resolver as contas pessoais, para depois retomar.

Ainda existe um estoque de dívida que precisa ser resolvido para evitar que se crie uma bola de neve - diz.

Ela recomenda cautela e muita análise antes de decidir pela contratação de crédito: - Tem que pensar direito.

A sugestão é que ainda não é o momento para realização dos desejos. Esperar um pouco seria mais prudente, para que o cenário fique mais favorável.

Barleta, da Serasa, avalia ainda que os cuidados que precisaram ser tomados no ano passado, quando os índices de endividamento e inadimplência bateram recordes, devem ser mantidos: - O Desenrola aumentou a capacidade de pagamento das famílias, mas a preocupação precisa ser a mesma.

Não avalio que esse fôlego no orçamento seja um sinal verde de contratar crédito que não seja necessário, porque pode levar a um retorno para um quadro de endividamento.

ALTA RECORDE Concessão de empréstimos subiu 18% no acumulado em 12 meses

CENÁRIO Especialista diz que taxas baixaram, mas ainda não estão baixas

OS CUIDADOS

FÔLEGO Lucas Barleta, da Serasa, orienta que a tomada de um empréstimo ou compra financiada só deve acontecer caso o consumidor enxergue no orçamento a capacidade de pagamento de um novo produto de crédito.

.....

PRIORIDADES Por isso, é preciso colocar na ponta do

lápiz o que se ganha e o que se gasta mensalmente para saber se há espaço nas finanças da família antes de contratar crédito, principalmente se o objetivo for um gasto não-urgente, como fazer uma reforma ou comprar um eletrodoméstico ou eletrônico.

.....

50-30-20 Ele explica que a chamada regra do "50-30-20" pode ajudar no processo: "Nesse cálculo a família soma sua renda líquida, ou seja, sem os descontos e contribuições. A partir daí, metade tem que ser derivada para as despesas fixas, como o aluguel, as contas de água e luz e os gastos com alimentação.

Outros 30% ficam para os custos variáveis, como as assinaturas de streaming, uma viagem, gastos com lazer. E os 20% restantes devem seguir para uma reserva de emergência, um valor que deve ser guardado, ou até investido, para um uso futuro numa possível emergência".

.....

TROCA INTELIGENTE Graziela, da PUC-Rio, ressalta que um caminho vantajoso com a redução (ainda que tímida) nos juros pode ser seguido quando o consumidor toma um empréstimo com taxas menores para pagar uma dívida mais alta, com juros mais altos. "Além de bom negócio, é um sinal de lucidez financeira", afirma.

.....

PESQUISE Antes de contratar um financiamento, pesquise as opções disponíveis em diferentes instituições e faça simulações. Com tantas ofertas no mercado, é preciso encontrar a mais vantajosa. Compare taxas de juros, encargos embutidos, prazo de pagamento e total a pagar no fim das contas, além do valor das parcelas, para entender se ela cabe mesmo em seu orçamento mensal.

Site: <https://extra-globo.pressreader.com/extra>